

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ANDRÉ DUARTE

**AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA FEIRA DO PRODUTOR DE
FRANCISCO BELTRÃO - PR**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2018**

ANDRÉ DUARTE

**AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA FEIRA DO PRODUTOR DE
FRANCISCO BELTRÃO - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi

PATO BRANCO

2018

D812r Duarte, André
As relações socioeconômicas na feira do produtor de Francisco Beltrão -
PR / André Duarte. – 2018.
110 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato
Branco, PR, 2018.
Bibliografia: f. 99 - 104.

1. Agricultura familiar. 2. Feiras. 3. Trabalhadores rurais. 4. Papel social.
I. Perondi, Miguel Angelo, orient. II. Universidade Tecnológica Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.
III. Título.

CDD 22. ed. 330

Ficha Catalográfica elaborada por
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
*Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento
Regional*



TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 138

A Dissertação de Mestrado intitulada **As relações socioeconômicas na feira do produtor de Francisco Beltrão (PR)**, defendida em sessão pública pelo candidato **Andre Duarte**, no dia 06 de agosto de 2018, foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração Desenvolvimento Regional Sustentável, e aprovada em sua forma final, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi - Presidente - UTFPR

Profª Drª Roselaine Navarro Barrinha – UNIOESTE

Profª Drª Hieda Maria Pagliosa Corona - UTFPR

Me. Manoel Adir Kischener - UEM

Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy - UTFPR

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.

Pato Branco, 03 de setembro de 2018.

Carimbo e assinatura do Coordenador do
Programa

RESUMO

DUARTE, André. **As relações socioeconômicas na Feira do Produtor de Francisco Beltrão – PR**. 2018. 110f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

O acesso aos mercados tem sido determinante para a garantia das condições de vida e reprodução da agricultura familiar, não podendo ser vistos somente como riscos a estes atores. Desta forma, o debate em torno dos mercados como construções sociais, tomando os atores como protagonistas tem ganhado espaço nos estudos rurais. Portanto, essa dissertação esta inserida na discussão dos mercados da agricultura familiar, tomando como objetivo de análise a trajetória da Feira do Produtor, localizada na praça central do município de Francisco Beltrão – PR. Considerando esta experiência como um mercado socialmente construído pelos atores locais, busca-se caracterizar o contexto de origem desta feira, seus aspectos históricos e organizativos, bem como quem são os atores protagonistas desta experiência e que relações foram estabelecidas ao longo do tempo e do espaço. Trata-se de um estudo de caso descritivo com metodologia mista, de forma que mesmo havendo ênfase na análise qualitativa, foram usados dados quantitativos e qualitativos, levantados principalmente através de entrevista semiestruturada direcionada aos atores considerados protagonistas na origem da Feira do Produtor. Os resultados dão conta de que a Feira do Produtor tem sua origem em meio ao processo de modernização do espaço agrário da região, aonde os agricultores se viram na necessidade de criar alternativas para sua reprodução social. Assim tiveram sua capacidade de *agência* ativada diante de um *campo* em transformação, montando uma *arena* que possibilitou a aproximação com outros atores e a construção de uma alternativa de comercialização. Portanto, trata-se de uma experiência de mercado socialmente construído, que depende de relações baseadas em princípios de *reciprocidade*, *solidariedade*, *confiança* e *domesticidade* como forma de garantir a existência dos atores, o que não quer dizer que esta experiência esteja isenta de relações também de interesses individuais.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Atores sociais. Construção de mercados. Feiras livres. Relações sociais.

ABSTRACT

DUARTE, André. **The socioeconomic relations in the Fair of the Producer of Francisco Beltrão - PR.** 2018. 110f. Masters dissertation. Postgraduate Program in Regional Development, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

Market access has been decisive in guaranteeing the living conditions and reproduction of family farmers, and can not be seen only as risks to these actors. In this way, the debate around the markets as social constructions, taking the actors as protagonists has gained space in the rural studies. Therefore, this dissertation is inserted in the discussion of the markets of the familiar farmers, taking as objective of analysis the trajectory of the Fair of the Producer, located in the central square of the municipality of Francisco Beltrão – PR. Considering this experience as a market socially constructed by the local actors, it is sought to characterize the context of origin of this fair, its historical and organizational aspects, as well as who are the actors protagonists of this experience and that relations were established over time and space . It is a descriptive case study with mixed methodology, so that even with an emphasis on qualitative analysis, quantitative and qualitative data were used, mainly raised through a semi-structured interview directed to the actors considered protagonists in the origin of the Producer's Fair. The results show that the Producer's Fair originated in the midst of the process of modernization of the agricultural area of the region, where farmers will need to create alternatives for their social reproduction. Thus they had their capacity of agency activated before a field in transformation, setting up an arena that made possible the approach with other actors and the construction of an alternative of commercialization. Therefore, it is a socially constructed market experience, which depends on relationships based on principles of reciprocity, solidarity, trust and domesticity as a way of guaranteeing the existence of the actors, which does not mean that this experience is free of relationships too interests.

Keywords: Family farmers. Social actors. Social construction of the market. Free fairs. Social relationships.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná	54
Figura 2 - Composição do comitê gestor da Feira do Produtor com principais atores	67
Figura 3 - Estruturas das bancas da Feira do Produtor na praça central de Francisco Beltrão antes e após nova concessão de cobertura	69
Figura 4 - Distância entre as unidades de produção e a Feira do Produtor	77
Figura 5 – Atores, organizações e relações observadas na Feira do Produtor.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inversão demográfica quanto a condição de domicílio na mesorregião Sudoeste Paranaense.....	57
Gráfico 2 - Inversão demográfica quanto a condição de domicílio e aumento da população urbana no município de Francisco Beltrão	59
Gráfico 3 – Principais motivações citadas pelos agricultores para ingressar na feira	64
Gráfico 4 - Tempo de participação dos entrevistados na Feira do Produtor	71
Gráfico 5 - Origem étnica dos agricultores feirantes	72
Gráfico 6 - Formação escolar dos feirantes entrevistados	73
Gráfico 7 - Faixas etárias dos feirantes entrevistados	74
Gráfico 8 - Condição de sucessão familiar dos agricultores feirantes.....	75
Gráfico 9 - Relações e tipo de trabalho utilizado pelos agricultores feirantes	76
Gráfico 10 - Número de agricultores feirantes por tipo de produto comercializado na Feira do Produtor de Francisco Beltrão	80
Gráfico 11 - Quantidade de feirantes por tipo de origem dos produtos comercializados na feira.....	80
Gráfico 12 - Mercados acessados pelos agricultores feirantes.....	82
Gráfico 13 - Renda da feira, renda agrícola total e renda não agrícola (valor bruto anual declarado pelos agricultores feirantes).....	83
Gráfico 14 – Percentual de entrevistados e acesso a serviços e políticas públicas..	87
Gráfico 15 - Principais motivações dos agricultores para continuar na feira.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos tipos de agricultura da mesorregião Sudoeste Paranaense – 2006	55
Tabela 2 - Participação da agricultura familiar e não familiar sobre o valor bruto da produção agropecuária na mesorregião Sudoeste Paranaense - 2006.....	58
Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos tipos de agricultura no município de Francisco Beltrão/PR– 2006	60
Tabela 4 - Participação da agricultura familiar e não familiar sobre o valor bruto da produção agropecuária na mesorregião e município - 2006	61
Tabela 5 - Número de agricultores feirantes por faixa de área (ha).....	78
Tabela 6 - Número de domicílios dos feirantes por extrato de renda total anual (valor bruto anual declarado pelos entrevistados)	84
Tabela 7 - Organização institucionais que os entrevistados participam.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF(X)	Agricultor Feirante Entrevistado
AFEDEL	Associação dos Feirantes de Francisco Beltrão
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO	Colônia Agrícola Nacional General Osório
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
GETSOP	Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
2.1.1 Tendências e apontamentos clássicos	17
2.1.2 Agricultura Familiar: construção e transformação	25
2.2 PERSPECTIVAS E MERCADOS (PLURAL) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	33
2.2.1 Mercados como construção social	33
2.2.2 Os mercados da agricultura familiar.....	38
2.2.3 Especificidades das Feiras Livres	44
3 METODOLOGIA	47
3.1 ESTUDO DE CASO DESCRITIVO COM METODOLOGIA MISTA	47
3.2 CAMINHO PERCORRIDO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	53
4.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM FRANCISCO BELTRÃO E NO SUDOESTE DO PARANÁ	53
4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZATIVOS FEIRA DO PRODUTOR	62
4.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS FEIRANTES.....	70
4.4 RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS ATORES DA FEIRA DO PRODUTOR.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	99
APÊNDICES	105

1 INTRODUÇÃO

O mercado, por menos que se queira, é determinante na vida dos agricultores, sobretudo por que sua relação é incorporada na estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Portanto, seja um agricultor capitalizado ou não, ambos entram em contato com o mercado e estão sujeitos a riscos como sendo um preço deste pacto com a modernidade. Sobretudo, num contexto de globalização dos produtos agrícolas, inserindo-se em cadeias produtivas cada vez mais longas, amplia-se ainda mais a vulnerabilidade desses agricultores.

No caso brasileiro, a partir dos anos 1990 o valor gerado na balança comercial com exportação de produtos agrícolas tem sido crescente, ao mesmo tempo em que empresas transnacionais que controlam o mercado global, também vêm tomando conta do espaço nacional (FLEXOR, 2006). No entanto, segundo Flexor (2006, p.65), a “globalização do sistema agroalimentar gera tanto oportunidades como riscos, mesmo para agricultores menos capitalizados”.

Ou seja, ao mesmo tempo em que podem ser demandados produtos específicos em maior quantidade e valor agregado para lugares determinados do globo, também se abre caminho para novos produtos (FLEXOR, 2006). Da mesma forma que para os agricultores excluídos deste mercado global, o desenvolvimento de mercados de alimentos diferenciados se torna uma alternativa, principalmente em ações de nível territorial que estimulam a multifuncionalidade desta agricultura (FLEXOR, 2006).

Assim, a inserção da agricultura do tipo familiar no mercado não pode mais ser vista como limitante ao seu desenvolvimento, mas como um desafio para garantia de sua reprodução. Mesmo que estejam colocados diante de verdadeiros “impérios agroalimentares” como afirma Ploeg (2008), com estruturas que rearranjam e se apropriam dos sistemas locais de produção, muitas vezes ignorando a história da comunidade e colocando os agricultores sobre sua ordem, é preciso construir alternativas que superem o simples objetivo de obter grandes produções para exportação.

Não bastasse a tamanha expansão das indústrias agroalimentares, também podem ser observadas dinâmicas semelhantes na circulação dos alimentos. Delgado & Oliveira (2015) ao analisar o varejo de alimentos no Brasil,

mostram espantosa concentração nos setores supermercadistas. Ou seja, já não bastava à indústria tomar a maior parte do espaço produtivo, agora a circulação tende a seguir as mesmas características concentradoras.

Segundo Delgado & Oliveira (2015, p.49), “na década de 90, em face das transformações que ocorreram na economia brasileira, o setor supermercadista movimentou-se em um ritmo acelerado de fusões e aquisições”. Este setor é responsável pela maior parte da circulação de alimentos, principalmente em grandes centros. Em 2013, Delgado & Oliveira (2015, p.60) constataram que apenas cinco empresas detinham “alto poder de mercado”, concentrando cerca de 60% do faturamento total do setor, sobretudo são empresas que não tem apenas alcance nacional, a maioria se quer tem origem no Brasil.

Aparentemente, seria um cenário catastrófico para os agricultores familiares, limitando consideravelmente suas possibilidades de acesso ao mercado. No entanto, conforme Schneider (2016, p. 97) recentemente tem ganhado espaço os estudos sociológicos que procuram compreender o mercado como produto de uma construção social, “que resulta de processos de interação entre agentes que trocam e intercambiam por diferentes motivos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais”.

Neste sentido, as feiras livres e outros espaços de comercialização da agricultura familiar vêm se tornando objeto de estudos que buscam compreender como se dão as múltiplas relações entre os atores. Para Sato (2012, p.32), “a feira livre é um universo que abre para muitas possibilidades de estudo”. Ela apresenta características de um tipo de mercado varejista, onde as mercadorias são acessadas pelos consumidores (MASCARENHAS & DOLZANI, 2008), ou ainda pode ser vista como espaço de diversidades (ZANINI & SANTOS, 2017), onde o rural e o urbano estão estritamente ligados (ANJOS, et al, 2005).

Desta forma, este estudo toma a Feira do Produtor localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná, como ponto de partida para análise dos “mercados da agricultura familiar”. Sendo este um espaço com mais de quarenta anos de existência, dentro de uma região que não deixou de sofrer os impactos da modernização da agricultura, cabe perguntar: Qual é o contexto da feira? Quem são os feirantes? E que relações sociais ocorrem no espaço da feira?

Diante destas questões, o objetivo geral deste estudo é analisar a trajetória da Feira do Produtor de Francisco Beltrão e dos agricultores feirantes, identificando as relações socialmente estabelecidas dentro do contexto em que esta experiência foi construída, partindo das narrativas dos próprios feirantes. Considerando ainda os seguintes objetivos específicos: (I) Caracterizar o contexto em que a Feira do Produtor está inserida, buscando perceber quem são os atores da feira; (II) levantar aspectos históricos e organizativos da Feira do Produtor, considerando as principais mudanças que ocorreram; (III) realizar a caracterização socioeconômica dos feirantes, buscando perceber sua realidade social, e; (IV) identificar as relações sociais presentes entre os atores da Feira do Produtor.

Para tanto, pressupõe-se que a feira livre e seus atores não estão isentos do processo de transformação da sociedade. Mas se trata de uma experiência de comercialização socialmente construída em nível local, que busca através de relações de proximidade, manter condições para a reprodução de atores em vias de exclusão do mercado hegemônico. No entanto, também é uma experiência em constante transformação, que pode apresentar formas e relações diversas, hora mais sociais e em outros momentos mais econômicas.

A feira estaria, portanto, marcada pela presença da agricultura familiar, sendo estes os principais atores que buscam se aproximar dos consumidores urbanos como forma de garantir acesso aos mercados locais, tendo vista sua manutenção e reprodução social. Condição que só é estabelecida via preservação de relações que carregam princípios como confiança, solidariedade e reciprocidade, que se encontram enraizados ao lado das necessidades econômicas.

Portanto, a relevância científica deste estudo está alinhada a necessidade de gerar contribuições que descrevam práticas sociais fundadas em aspectos sociais e não apenas econômicos. Trazendo estes não como soluções, mas dentro de um contexto que provoca os próprios atores a utilizar destas relações para poderem construir estratégias de reprodução frente às contradições da sociedade.

Do ponto de vista social, espera-se que seja uma contribuição tanto para a agricultura familiar, como para lideranças deste meio que tem buscado compreender e construir alternativas que visão a manutenção desta agricultura frente o avanço da sociedade moderna. Não se trata de uma solução para todas as

realidades, mas sim da descrição de uma experiência que tem longo tempo de história e que pode servir de referência para construção de novas ações.

O presente estudo encontra-se organizado em três seções textuais, além desta introdução e das considerações finais: A primeira apresenta o debate teórico em torno da caracterização da agricultura familiar como uma categoria em construção diante das mudanças sociais, avançando sobre o olhar de perspectivas que permitem perceber, quais mercados são acessados por estes atores e que podem ser tomados como construções sociais. A segunda é dedicada à apresentação da metodologia utilizada nesta pesquisa, descrevendo o tipo de estudo, o caminho percorrido e os instrumentos utilizados.

Por fim, a terceira seção, apresenta os resultados e discussões, explorando: Aspectos da agricultura familiar da região e de Francisco Beltrão; alguns aspectos da história e organização da Feira do Produtor; as características socioeconômicas dos feirantes agricultores como principais atores da feira, e; as relações sociais presentes na Feira do Produtor. Buscando assim, relacionar (e confrontar) a realidade observada com o debate teórico em torno da construção social dos mercados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentadas as bases teóricas condutoras do debate em torno da agricultura familiar e sua inserção em diferentes mercados, servindo como orientação para a análise dos resultados encontrados em uma experiência local de feira livre. Portanto, trata-se do contato com as categorias e conceitos teóricos construídos ao longo do tempo, sobretudo no campo da sociologia rural.

Em duas seções subdivididas, são trazidos os principais argumentos que norteiam este estudo. Na primeira, busca-se inicialmente trazer os principais apontamentos clássicos em torno da conceituação da “agricultura familiar” como categoria social, avançando na demarcação das influências deste debate teórico conceitual no Brasil.

A segunda seção está dedicada à compreensão de quais são os “mercados da agricultura familiar”. Nesta, são apresentadas duas perspectivas teóricas, não isentas de influências clássicas, mas que buscam superar divergências e apontam para os mercados como construções dos atores sociais. Finalizando, são caracterizados os mercados acessados pela agricultura familiar, propondo que experiências como as “feiras livres” oportunizam a valorização de relações sociais não apenas econômicas, apesar de ser um espaço comum de transações, com trocas instantâneas e finalização imediata dos interesses entre feirantes e consumidores.

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR

O desenvolvimento histórico da sociedade é marcado por transformações, as quais são objeto de estudo das ciências sociais que buscam por explicações destas mudanças que ocorrem a todo o momento em diferentes tempos e espaços. Assim, o objetivo desta seção é apresentar como a “agricultura familiar” vem sendo abordada e modificada neste processo de transformação da sociedade.

Primeiramente, busca-se apresentar as tendências e apontamentos teóricos clássicos em torno do tema da “questão agrária”, avançando no segundo momento para entender as transformações da agricultura familiar, a qual e em síntese, seria produto de uma “diferenciação social incompleta” (*metamorfose*). Ou

seja, durante sua transformação social, preservou algumas especificidades internas do trabalho doméstico em situações diversas e específicas no tempo e espaço.

2.1.1 Tendências e apontamentos clássicos

A referência ao tema da “questão agrária” pode ser vista como uma demarcação temporal, tendo em vista que constitui uma tradição da literatura de estudos que debatem os problemas do espaço agrário a partir do século XIX. Demarcando o ponto de partida dos estudos sobre o desenvolvimento rural e a busca pela caracterização da agricultura familiar, estes são trazidos para estudo por apresentarem grande influência nos estudos contemporâneos.

Meio século depois Revolução Francesa, surge um dos primeiros escritos marxistas sobre as populações rurais, focando principalmente nos camponeses, diante das decisões políticas adotadas por eles. O *18 Brumário de Luís Bonaparte* publicado em 1852 por Karl Marx, não é uma obra voltada a análise da condição camponesa, mas o autor com certo “descontentamento” diante das eleições da França, dedica uma parte da obra para realizar as primeiras caracterizações teóricas dos agricultores daquele período.

Os *camponeses parceleiros*, assim denominados por possuírem pequenas parcelas de terras para seu sustento, constituíam a maior parte da população francesa na época. Porém, para Marx (2011, p.142) o modo de produção camponês não apresentava formas diversificadas, mas sim isoladas, sem reciprocidade entre si e sem qualquer forma de desenvolvimento ou trocas sociais que permitissem algum tipo de organização.

As unidades de produção camponesas eram vistas como atrasadas pelo autor, em comparação a outras formas de produção, consideradas pelo autor como modernas. Marx (2011) afirmava que estas unidades não apresentavam qualquer forma de divisão de trabalho, nem mesmo aplicações científicas ou qualquer forma de desenvolvimento ou organização social. Eram unidades compostas por famílias “praticamente autossuficientes”, que produziam quase todos os artigos necessários, obtendo “seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade” (MARX, 2011, p.142).

No entanto, para Marx (2011) justamente a propriedade parcelaria e sua consciência conservadora seria o que acabaria com a agricultura camponesa. Para o autor seria inevitável a “deterioração progressiva da agricultura” e o “endividamento progressivo do agricultor” (MARX, 2011, p.145), que entrariam em ruínas não por condições internas à parcela, mas por razões externas como a livre concorrência e o desenvolvimento da indústria.

A propriedade camponesa logo se prostraria ao capital burguês, segundo Marx (2011), servindo de pretexto para extração de renda, lucro e juros, enquanto o agricultor camponês deveria se virar como pudesse para obter o salário de seu próprio trabalho. Logo, as tendências seriam as crescentes intervenções do Estado burguês sobre a propriedade, levando os camponeses ao endividamento e finalmente a formação de uma população ociosa sem lugar certo para trabalhar (MARX, 2011).

Mesmo se tratando de uma das primeiras obras marxistas a tratar dos camponeses, parece que o legado proposto foi seguido quase de forma completa pelos sucessores de Marx ao olhar para o espaço agrário. Engels, Lenin e Kautsky, considerados os principais autores marxistas que analisaram o espaço agrário, apontam para o processo de “diferenciação camponesa” como tendência que levaria à extinção desta categoria, que se transformaria em uma das classes fundamentais do capitalismo: proletários ou burgueses.

Engels (1981) ao analisar os camponeses na região da França e da Alemanha, buscando principalmente aliados políticos para o partido socialista, afirma que este tipo de pequena exploração agrícola estaria em ruína, isso devido à concorrência com outras regiões agrícolas que vinham introduzindo produtos muito baratos no mercado. Esse debate se configura como o “problema camponês” (ENGELS, 1981, p. 61), o qual influencia até hoje os estudos rurais através das discussões da questão agrária.

No entanto, o destaque para Engels (1981) deve ser dado em face de sua capacidade em perceber diferenças entre os agricultores camponeses, não os vendo de forma generalizada. Segundo Engels (1981), naquele período e em diferentes regiões era possível perceber ao menos três tipos de agricultores conforme sua relação com a terra, área fundiária disponível e mão de obra utilizada: Os “pequenos camponeses” detinham pequenas parcelas de terras próprias ou

arrendadas e produziam com mão de obra própria; os “grandes e médios camponeses”, já não conseguiam cultivar toda sua área sem uso de trabalho assalariado, e; os “grandes proprietários” dispunham de áreas maiores e utilizavam mão de obra exclusivamente empregada para todos os tipos de serviços, com produção em escala elevada. Além destas, ainda existiam as “comarcas”, com pequenas áreas insuficientes para sustentar as famílias, servindo apenas para instalação e exploração de pequenas indústrias caseiras (ENGELS, 1981, p. 61).

Para Engels (1981), a categoria mais importante seriam os “pequenos camponeses”, pois estes em função do avanço do capitalismo estariam à beira do abismo, sendo inevitável a sua transformação em proletários. Para o autor, a única saída para estes camponeses era aderir ao programa socialista, criando cooperativas, investindo na mecanização, adoção de tecnologias e principalmente se libertando da propriedade da terra com a ajuda do governo via diversos mecanismos.

Quanto a essa extinção da propriedade da terra, Engels (1981) ressalta dois aspectos que deveriam ser considerados durante a coletivização: Primeiro que a perda da propriedade da terra era inevitável para os camponeses durante a evolução da sociedade e não seria necessário acelerar este processo e; segundo que a sua produção e propriedade individual, deveriam ser canalizados para formas cooperativas pelo exemplo e com auxílio do governo e nunca com uso de força, mas com formas que levassem estes a perceber as vantagens.

Portanto é evidente que os camponeses passaram a ser vistos como uma “classe em transição” diante da inevitável evolução da sociedade na visão marxista. Kautsky (1968), em sua obra “*A Questão Agrária*” aprofunda a análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Seguindo os pressupostos de Marx, afirma que a pequena exploração camponesa tenderia a ser engolida pela grande produção capitalista, concentrando riqueza ao mesmo tempo em que os camponeses seriam proletarizados.

Para Kautsky (1968) a sociedade camponesa que era aparentemente indestrutível e autossuficiente, ainda na Idade Média com o surgimento da indústria urbana, começa a sofrer mudanças. Diante de avanços na comunicação, no transporte e com o crescimento da população urbana, as pequenas fábricas camponesas começaram a ser afetadas, sendo mais vantajoso para os camponeses

comprar do que produzir, ao mesmo tempo em que aumentavam sua necessidade de dinheiro e as formas de exploração dos camponeses. A única forma dos camponeses conseguirem dinheiro seria transformando sua produção em mercadoria, o que os tornaria “agricultores puros”, ou seja, totalmente ligados ao mercado a ponto de se tornarem dependentes (KAUTSKY, 1968, p.13).

Esta relação do camponês com o mercado é vista como um acelerador de sua “desintegração”, pois além de lidar com as intempéries climáticas, lidava agora com as crises do mercado, forçando estes agricultores a se distanciar cada vez mais de suas práticas tradicionais. “Quanto mais à produção agrícola se transformava em produção de mercadorias, tanto menos lhe era possível manter-se na fase primitiva da venda direta do produtor aos consumidores” (KAUTSKY, 1968, p. 14), permitindo também o surgimento do comerciante como intermediário.

Nota-se que para Kautsky (1968), também é inevitável a proletarização dos camponeses, principalmente tendo em vista a aplicabilidade da “superioridade técnica da grande produção” também na agricultura. O uso da terra, das máquinas e do trabalho, seria otimizado, facilitando a divisão do trabalho, bem como o acesso a crédito e ao mercado. Neste contexto, a família camponesa, frente o processo de concorrência capitalista, seria obrigada a dedicar mais tempo de trabalho à produção, só sendo possível melhorar este quadro com adesão às cooperativas e elevação da socialização dos meios de produção (KAUTSKY, 1968).

Portanto, não havendo aumento na socialização dos meios de produção dos camponeses, para Kautsky (1968) o destino inevitável seria a proletarização com tendências e formas diferentes. Como a produção é insuficiente em sua parcela, o trabalho acessório acaba ganhando cada vez mais espaço na família camponesa. No entanto, o número de parcelas nem sempre reduz, podendo haver inclusive uma ampliação, principalmente quando vistas como local de moradia, não mais voltadas à produção comercial. Assim, a *diferenciação* se ampliaria a ponto de os camponeses se manterem sobre a propriedade apenas com formas de trabalhos acessórios, como o trabalho assalariado em grandes propriedades.

Seguindo os mesmos fundamentos, Lênin (1982) ao analisar o *desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, aponta as mesmas tendências que Kautsky. Ao aprofundar o debate da “diferenciação dos camponeses” e sua desintegração, Lênin (1982, p. 16) afirma que ao passo que a produção capitalista

se desenvolve, os produtores simples de mercadorias tendem a dar lugar aos proprietários dos meios de produção de um lado e os assalariados de outro. Este processo favorece a própria criação do mercado interno, pois ao criar uma população não mais de produtores, deixa-os disponíveis a vender força de trabalho e adquirir meios de consumo no mercado Lênin (1982).

Com base em dados estatísticos secundários, Lênin (1982, p.113) conclui que os camponeses russos estavam “subordinados ao mercado”, dependendo deste tanto para consumo, como para exercício de suas atividades. Suas contradições internas não caracterizariam formas particulares, mas tipicamente um sistema “pequeno burguês”, no qual a concorrência, a busca por independência econômica, concentração de terras, concentração da produção e proletarização da maioria, seriam características fundamentais deste sistema.

Para Lênin (1982), estas contradições seriam responsáveis por radicalizar a transformação do antigo campesinato patriarcal e criariam “novos tipos de população rural”: a “burguesia rural” e o “proletariado rural”, além do “campesinato médio”. Esta forma de classificação da população rural se distingue muito pouco da classificação de Engels (1981) apresentada anteriormente, Lênin (1982), por sua vez, aprofundou a discussão e visou distinguir os camponeses em classes.

Estes estariam divididos em dois grupos distintos. Além do “campesinato médio”, que só sobreviveria sobre condições ótimas de produção ou contraindo dívidas, pois do contrário também seriam transformados em proletários. Havia, de um lado, a “burguesia rural ou campesinato rico”, que compunham a menor parcela da população rural e detinham os cultivos mercantis com necessidade de trabalho acima da capacidade da família. Do outro lado, estava a maior parte da população, o “proletariado rural”, campesinato pobre, sendo a classe dos operários assalariados que possuíam até uma pequena parcela de terra, mas que não conseguiam sobreviver sem vender sua mão de obra (LÊNIN,1982).

Sobre o “campesinato médio”, Lênin (1982) afirma que este seria o elo intermediário entre as duas formas fundamentais, porém o mais atrasado sobre a economia mercantil. Para Lênin (1980) este se manteria como forma de atrasar o próprio desenvolvimento do capitalismo, mantendo relações de servidão, contraindo dívidas para pagamentos em trabalho ou com rendas suplementares. Este seria o grupo mais dinâmico, pois em condições ótimas tenderia a pertencer para a

burguesia rural, do contrário e com tendência para a maioria, estariam condenados a passarem para o grupo dos proletários rurais.

“A desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo” segundo Lênin (1982, p.118), pois além do proletariado rural que teria mais disposição ao consumo, o campesinato rico busca converter em capital os meios de produção que possui ao mesmo tempo em que também amplia outras demandas. Quanto à continuidade deste processo, o autor afirma que se dá de forma acelerada quando há abandono da terra (êxodo) de um lado e emprego de melhorias nos estabelecimentos de outro, só podendo ser reduzido esse processo com a presença do camponês médio, pois este também sustenta sistemas de pagamento em trabalho.

Entretanto, para os marxistas a coletivização dos meios de produção seria uma das únicas vias para salvar o campesinato do atraso, ainda que sobre o modo de produção capitalista, Kautsky (1968) apresenta a superioridade das experiências cooperativas como uma alternativa, mesmo limitadas ao apego da pequena propriedade, com camponeses presos as suas pequenas extensões de terras. Porém, Lênin (1980) só observou a adesão dos camponeses às cooperativas, quando estes já não tinham mais alternativas, sendo este um dos motivos que levou Stalin (sucessor político de Lênin) a forçar a coletivização das terras, gerando reações contra o próprio Estado socialista da época.

A teoria marxista, não traz boas perspectivas para os camponeses. Tanto no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, como no programa socialista na Rússia, as transformações do espaço agrário com a criação do mercado interno, tenderiam a levar os camponeses ao desaparecimento, até mesmo os com caráter familiar de trabalho. No entanto, a questão ainda atual da permanência dos camponeses mesmo sobre o modo de produção capitalista, pouco pode ser compreendida apenas pelas tendências apontadas por estes autores que partem de uma visão geral.

Assim, diante deste quadro de fatalidade e envolvido diretamente no programa socialista russo, Chayanov (1981) buscou interpretar, no mesmo período histórico, os camponeses a partir de suas estruturas internas, abrindo espaço para entender sua permanência, mesmo com avanço do capitalismo. Partindo de dentro das relações camponesas e não da análise geral, Chayanov (1981) apresentou o

campesinato como um modo de produção independente do capitalismo, portanto com certa autonomia em relação ao modo de produção predominante.

Para Chayanov (1981, p. 30) a “(...) unidade econômica camponesa é uma empresa na qual empresário e trabalhador se combinam em uma só pessoa”. O camponês como empresário poderia tirar muito mais vantagens de sua terra mesmo que sobre o sistema capitalista, pois partindo da viabilidade da manutenção familiar, pode determinar a intensidade e tempo de seu próprio trabalho, conforme suas necessidades de consumo e reprodução interna (CHAYANOV, 1981).

A essência organizativa da unidade camponesa, segundo Chayanov (1981) baseava-se na família, em uma constante busca por manter o balanço entre produção e consumo. Para melhor entender a economia camponesa, o autor afirma ser preciso olhar de dentro com caráter histórico e não lógico, focando na organização camponesa, considerando também aspectos subjetivos do balanço entre produção e consumo. Portanto, seria inconveniente analisar o destino da unidade camponesa a partir da economia nacional, devendo partir do ponto de vista da economia familiar.

Chayanov (1981) não desconsidera totalmente a relação da unidade camponesa com o mercado, nem que esta não sofria influências externas da indústria e da agricultura capitalista. O que este autor demonstrou, são formas pelas quais os camponeses se relacionavam internamente e depois com as estruturas externas à sua condição doméstica.

Para Chayanov (1981), o que determina a forma de organização das unidades camponesas antes do mercado, seria a mão de obra disponível na família sobre os recursos disponíveis para sua reprodução. Ou seja, é a composição familiar que define antes de tudo os limites de sua atividade econômica, sendo que “(...) o limite mais elevado possível para o volume de atividade depende do montante de trabalho que pode proporcionar esta força de trabalho com a máxima intensidade” (CHAYANOV, 1981, p.47). Logo a composição da família e suas características como número de membros e idade, são determinantes da dinâmica econômica dentro da unidade camponesa.

Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a

mão-de-obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família (CHAYANOV, 1974. p.101).

Segundo Chayanov (1981) o camponês seria capaz de se adaptar a diferentes situações, regular sua forma de “auto exploração” do trabalho, vendendo sua força de trabalho em momentos de crise e retornando quando as necessidades da família fossem equilibradas. Estes agricultores deteriam certa autonomia em relação ao mercado em qualquer que seja o modo de produção ou sistema social predominante, até mesmo o socialismo já faria parte da organização camponesa.

Analisando a teoria chayanoviana, para Wanderley (1998) a presença do socialismo na perspectiva camponesa estaria na forma de “auto coletivização”, onde as formas cooperativas se dariam a partir do desenvolvimento de uma nova “psicologia econômica”. Portanto, as transformações deveriam partir de dentro de cada unidade camponesa que evoluiria junto com a agricultura, sempre na busca pelo equilíbrio entre produção e consumo (WANDERLEY, 1998).

A unidade familiar camponesa seria, portanto, munida de certa flexibilidade. Conforme descreve Chayanov (1974), se houver acréscimo de produtividade de trabalho, será obtida a mesma produção só que com menos esforço. Da mesma forma que, se houver membros incapazes de trabalhar na família, esta aumentará a “auto exploração do trabalho familiar” para manter suas necessidades. Ou ainda, se faltar terra para empregar todo trabalho da família, os membros se voltam para outras atividades até mesmo não agrícolas, sempre buscando atingir o equilíbrio novamente.

Para Chayanov (1974) o caráter familiar do trabalho e essa capacidade de se adaptar às diversas situações sempre em busca de equilíbrio e não da acumulação, seria o que garante a sobrevivência e reprodução da agricultura camponesa mesmo com o desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o campesinato não estaria totalmente fadado ao desaparecimento conforme proposto pelos marxistas, mas sim em constante mudança e adaptação a partir de sua dinâmica interna.

2.1.2 Agricultura Familiar: construção e transformação

As diferenças teóricas e metodológicas, que conduzem as análises dos autores clássicos, apresentam grande influência no debate do desenvolvimento rural mundial e na categorização da agricultura familiar como forma contemporânea. Certos momentos o debate tende a tomar posturas mais marxistas e em outros segue a visão chayanoviana, também podendo ser tomadas as duas como noções superadas ou complementares.

No debate brasileiro, o que parece ser acordo entre os pesquisadores, diz respeito a certo marco temporal com mudanças na forma de estudar o espaço agrário. Para Navarro (2001) até os anos 1970, predominavam estudos do desenvolvimento influenciados pelos acontecimentos globais da sociedade, como o período da Guerra Fria, seguidos dos anos posteriores como período de incertezas diante da plena expansão do liberalismo, que no caso da agricultura foram anos marcados pela expansão da denominada “Revolução Verde”.

Segundo Navarro (2001), os debates sobre o desenvolvimento só são retomados na década de 1990, mas com certa insegurança diante da incapacidade deste desenvolvimento ocorrer em face da incerteza social dos anos anteriores. Para o autor, os estudos rurais do primeiro período tinham caráter evolucionista macroestrutural, passando pelas tradições das teorias da sociedade e tomando a melhor definição ao debater o desenvolvimento rural a partir da indução de mudanças a partir de um ambiente localizado, tendo o Estado como o principal agente deste desenvolvimento.

Mesmo demarcando períodos parecidos, Germer (2002) discorda que esta mudança na forma de análise do desenvolvimento rural tenha ganhado maior credibilidade ao centrar na agricultura familiar. O fato é que mesmo havendo divergências teóricas na conceituação da “agricultura familiar” frente ao desenvolvimento rural, o Estado brasileiro acabou fortalecendo esta categoria, reconhecendo institucionalmente e instrumentalizando políticas de apoio ao seu desenvolvimento.

De acordo com a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), são considerados agricultores familiares ou empreendedor familiar rural, aqueles que praticam atividades no meio rural atendendo os seguintes critérios: I - não deter área

maior que quatro módulos fiscais; II - utilizar mão de obra predominantemente familiar; III - obter percentual mínimo de renda familiar gerada nas atividades de seu estabelecimento, e; IV - dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Sendo importante ressaltar, que a mesma Lei busca abarcar toda diversidade de povos tradicionais, principalmente os limitados a pequenas explorações voltadas ao extrativismo e práticas sustentáveis.

A incorporação da “agricultura familiar” pelas políticas do Estado no caso brasileiro, permite regulamentá-la, no entanto não garante que esteja isenta da continuidade das transformações no mundo agrário. Por sua vez, é considerado como um fato importante principalmente no que diz respeito ao fortalecimento político desta categoria, criando-se conseqüentemente programas que favorecem seu desenvolvimento econômico com uso de recursos do Estado.

O destaque é que a institucionalização da agricultura familiar e a criação de políticas públicas para esta categoria, contou com forte influência do avanço nos estudos rurais dos anos 1990 no Brasil. Sendo um dos mais destacados e influentes, a obra de Ricardo Abramovay (1992): “*Paradigmas do capitalismo agrário em questão*”. Segundo Schneider, (2009) Abramovay foi pioneiro em buscar a superação dos limites teóricos clássicos.

A crítica deste autor ressalta um aspecto até então não considerado, afirmando que o problema do marxismo em relação à utilização dos conceitos de campesinato e mesmo de agricultura familiar é de natureza epistemológica (SCHNEIDER, 2009, p.37).

Da mesma forma, Girardi (2008, p.103) destaca que: “Abramovay não é o único autor a utilizar o conceito de agricultor familiar, porém é um marco neste que é o referencial teórico hegemônico sobre a produção de base familiar no Brasil”. Portanto, cabe a este estudo resgatar os principais argumentos desta obra em torno da agricultura familiar como categoria social, tendo em vista a necessidade de tirar algumas definições do que estamos tratando inclusive como objeto de estudo.

Para Abramovay (1992) os teóricos clássicos dos estudos agrários, não dão mais conta de explicar as transformações ocorridas na agricultura. Este autor monta sua análise com visão crítica principalmente sobre as teorias marxistas, afirmando que a tendência a “diferenciação” não se confirma nos tempos recentes, levantando também aspectos que considera insuficientes em Chayanov, mas este

último para Abramovay (1992) ainda representaria o ponto de partida para uma nova forma de analisar a realidade da agricultura contemporânea.

No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar se quer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nestas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo (ABRAMOVAY, 1992, p. 20).

A agricultura familiar tem sido tratada com ambiguidade, impedindo de perceber sua dupla especificidade segundo Abramovay (1992). Por um lado, ela possui “dinamismo econômico” com capacidade de inovação técnica e ineditismo, mantendo relações tênues com seu passado (ABRAMOVAY, 1992). A agricultura familiar seria um fenômeno tão generalizado que não pode ser explicado pela sua simples herança do passado, sendo o Estado determinante na formatação desta estrutura social agrária, com políticas que não resultam apenas dos interesses dos próprios agricultores (ABRAMOVAY, 1992).

Portanto, um aspecto central na conceituação do que seria a agricultura familiar para Abramovay (1992), estaria nas diferenças entre esta forma contemporânea e o campesinato. Apesar das duas terem base familiar, a diferença estaria enraizada no ambiente social, econômico e cultural. A racionalidade da organização familiar não depende da família, pelo contrário, depende da capacidade desta família em se adaptar e adequar seu comportamento no meio social e econômico em que se desenvolve segundo Abramovay (1992, p.23).

Portanto estaria neste contexto uma das fontes de divergências entre as teorias clássicas apresentadas anteriormente, Abramovay (1992) afirma que os marxistas refletem mais as circunstâncias que viveram do que uma proposta teórica universal do desenvolvimento rural. Chayanov teria sido quem apresentou um contrassenso com a busca pela definição do campesinato com base familiar segundo Abramovay (1992), mas nem assim uma agricultura familiar altamente vinculada ao mercado poderia ser caracterizada como camponesa para este autor.

Abramovay (1992) afirma que não existe uma “questão agrária” conforme impresso pelos marxistas, não se configurando como um trabalho sociológico em razão destes prever os fatos de forma antecipada, tratados como consequência do desenvolvimento da sociedade capitalista. Para o autor, a concepção de Marx da

sociedade capitalista seria o “(...) desenvolvimento da contradição entre o caráter privado e social do trabalho e, portanto, a preparação para uma organização social racionalmente disposta e controlada” (ABRAMOVAY, 1992, p.34), por isso os camponeses estariam fatalmente condenados à “diferenciação”, transformando-se ou em pequenos burgueses ou trabalhadores assalariados.

Logo, segundo Abramovay (1992) é impossível encontrar um conceito de camponês nas obras de Marx, pois o campesinato na visão marxista seria apenas uma expressão sem lugar definido nas categorias que movem o desenvolvimento do capitalismo. “A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx” (ABRAMOVAY, 1992, p.35).

Assim, para Abramovay (1992, p. 47), “(...) é impossível afirmar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor”. Para o autor, diante da condição da produção familiar em cada época, “(...) o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída” (ABRAMOVAY, 1992, p. 48). Por tanto, segundo Abramovay (1992, p.52) não caberia na teoria marxista a “ideia de economia camponesa”, só sendo possível tomar esta economia como objeto de conhecimento a partir de autores como Chayanov e outros que partem de análises do “organismo camponês” e que buscam descrever sua existência como uma “necessidade social”.

No entanto, isso não significa que a manutenção da agricultura de base familiar seja tranquila com o desenvolvimento da sociedade moderna. Mesmo fora da visão marxista, Abramovay (1992, p.57) chama atenção, pois na busca pela caracterização dos camponeses como uma “forma social estável”, estes estão sujeitos às transformações, seja via cooperativas como previu Chayanov ou mesmo por sua existência estar apoiada nas condições sociais de desenvolvimento, como aponta Tepicht (apud ABRAMOVAY, 1992).

Desta forma, o autor busca primeiramente compreender a economia camponesa, para depois trazer apontamentos sobre a agricultura familiar como forma contemporânea. Abramovay (1992, p.76) apoia-se inicialmente na perspectiva chayanoviana e afirma que “(...) é possível encontrar no interior da família

camponesa os elementos geradores de sua conduta específica, que não corresponde à racionalidade capitalista”.

Como foi apontado anteriormente, para Abramovay (1992) mesmo Chayanov não traz aspectos suficientes para compreender como ocorre a crescente interação com o mercado que “subverte” os elementos constituintes da produção camponesa, eliminando “o balanço entre o trabalho e o consumo como fator determinante das decisões econômicas” centradas na indústria (seja capitalista ou cooperativa). O autor procura compreender o que chama de “morfologia” camponesa, ou seja, como esta categoria se comporta na interação com o mercado a partir da análise de sua microeconomia.

Segundo Abramovay (1992, p. 96), a análise das razões “endógenas” do comportamento camponês se torna importante porque permite conhecer “os elementos determinantes de sua conduta”. No entanto, a análise da racionalidade dos elementos como “(...) a busca de lucros, a minimização dos riscos e a aversão à penosidade”, de forma prática e subjetiva como feita pela noção neoclássica da microeconomia, pode levar a processos distintos de transformação da vida agrária (ABRAMOVAY, 1992, p. 96).

Assim, para Abramovay (1992) a questão da “sociabilidade camponesa” passa a ser um fator determinante da existência da agricultura familiar contemporânea. No entanto, o caráter social dos camponeses só se dá no mercado, quando os segredos da organização econômica dos camponeses seriam revelados segundo Abramovay (1992).

Logo, tomando como fundamento trabalhos da antropologia como de Franck Ellis (1988), Abramovay (1992, p.101) conclui que “a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta”, sendo seu ambiente social influenciado em momentos de decisão, não apenas por critérios econômicos, mas também pelas relações humanas. Da mesma forma que Polanyi (2000), demonstra que não são necessariamente aspectos econômicos que determinam as relações presentes nos mercados, não existindo uma racionalidade perfeitamente econômica.

Para Abramovay (1992, p.103), em função de não serem as relações estritamente econômicas determinantes dos mercados acessados para satisfazer as necessidades individuais da família camponesa, estes mercados também seriam

incompletos, podendo ser encontrados aí “os fatores socialmente explicativos das racionalidades camponesas”. Assim, o campesinato além de conter caráter familiar, economicamente possui uma integração parcial em mercados incompletos, dentro de comunidades que operam sobre relações também de reciprocidade (ABRAMOVAY, 1992).

Logo, a diferença substancial entre o camponês e a agricultura familiar moderna, também não pode ser explicada simplesmente pela racionalidade econômica. Segundo Abramovay (1992), é preciso examinar de que maneira ocorre a inserção da família no processo de divisão do trabalho, não podendo ser visto o agricultor familiar associado ao “atraso do campesinato”, que teria suas relações sociais destruídas com o avanço do capitalismo ao mesmo tempo em que uma nova forma de agricultura se torna a base social do desenvolvimento.

Conforme observa Abramovay (1992), mesmo com o avanço do capitalismo no espaço agrário, em países como Estados Unidos, a agricultura familiar continua desempenhando papel social importante do ponto de vista econômico. Esta representa a maior parte da produção agrícola total, com cerca de dois terços do valor bruto da produção, mesmo posterior à entrada de investimentos de grupos econômicos, a agricultura familiar ainda representa a maior parte da oferta de produtos (ABRAMOVAY, 1992).

Tamanha relevância da agricultura familiar para Abramovay (1992, p.160) se dá em função de seu “dinamismo técnico”, sua “capacidade de inovação” e pela “completa integração aos mercados”, não podendo mais ser comparada com a agricultura camponesa ou a pequena produção. Mesmo em pequenas áreas, esta nova forma de agricultura contemporânea, apresenta desempenho elevado, mantendo o caráter familiar do trabalho, mas com produção elevada (ABRAMOVAY, 1992).

Segundo Abramovay (1992, p. 210), “(...) é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados”, sendo esta moldada também pelas políticas de Estado. A agricultura da Europa seria exemplo em adoção de ações do Estado sobre o desenvolvimento rural, sendo este mais importante que o próprio mercado, ao destinar recursos para a agricultura.

Em suma, para Abramovay (1992) a agricultura familiar seria a principal forma de desenvolvimento da agricultura capitalista contemporânea, tratando-se de uma “metamorfose” do passado camponês em uma agricultura capaz de inovar e absorver políticas de Estado, respondendo com elevados índices de produção ao passo que mantém sua base no trabalho familiar e em pequenas áreas de terra.

Entretanto, estas proposições de Abramovay (1992) na busca por caracterizar o que seria a agricultura familiar, estão longe de encerrar o debate iniciado com os clássicos apresentados inicialmente. Este autor, apesar da densidade teórica que utiliza para elaborar sua obra, também tem sido alvo de críticas recentemente no debate brasileiro. Girardi (2008) pondera, dizendo:

Admitir a metamorfose do camponês em agricultor familiar é ignorar a diversidade de formas possíveis de serem assumidas pelo campesinato e as estratégias por ele desenvolvidas na interação com o modo de produção capitalista. Esta concepção pretende a homogeneização dos diferentes tipos de campesinato (GIRARDI, 2008, p. 104).

Da mesma forma, Fernandes (2005) afirma que a “metamorfose” como proposta por Abramovay (1992), não passa de uma redução a simples “dicotomia” do próprio processo de diferenciação do campesinato. Para Fernandes (2005), camponês e agricultor familiar, não passam de categorias redundantes de uma mesma classe, ou seja, tratam do mesmo sujeito, porém em tempos e conjunturas diferentes.

Mais tarde, Abramovay (1997, p.3) traz um conceito mais lapidado da agricultura familiar, definindo como “(...) aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. No entanto, o mesmo alerta que está não seria uma definição acabada, pois os diferentes setores da sociedade “constroem categorias científicas” que servem para finalidades diferentes, sendo que o mais importante neste caso seria que a gestão, a propriedade e o trabalho familiar, estão em todas as definições conceituais da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1997).

Diante deste quadro, só é possível afirmar que agricultura familiar não tem uma definição clara como categoria social e científica, sendo esta uma categoria em “construção” e ainda “recente” como aponta Wanderley (1996). Outra afirmação que parece evidente está relacionada aos termos utilizados, no passado

se falava dos camponeses e recentemente da agricultura familiar, estes retratam tempos diferentes em meio ao movimento de transformação da sociedade. Cada qual com suas diversidades, singularidades, contradições e desigualdades, apenas confirmam que a agricultura e principalmente seus atores não podem ser reduzidos a um tipo ou classe social única e determinada.

Em recente trabalho de Aquino et al (2018), ressalta-se o problema do dualismo econômico e político que tomou conta das análises da agricultura no Brasil, deixando de analisar as singularidades da agricultura nacional. Os autores destacam a agricultura familiar e sua importância social, no entanto chamam atenção para as desigualdades internas deste tipo de agricultura partindo da definição adotada pelo Estado, não podendo ser resumida a agricultura brasileira a apenas dois tipos (AQUINO et al, 2018).

Neste mesmo sentido, Wanderley (1996) demonstra que parte da agricultura familiar brasileira tem uma “raiz histórica no campesinato”, ainda que esta seja um conceito genérico, precisou se adaptar à nova realidade sem perder suas tradições. Diferencia-se do modelo europeu, principalmente por apresentar limites estruturais na reprodução de sua subsistência; convive com a falta de recursos naturais para desenvolver suas atividades; corre riscos com a perda de autonomia, como quando acessa os mercados, e; tem falta de áreas fundiárias para reproduzir a família, mesmo assim foi capaz de permanecer e se adaptar as condições da agricultura moderna (WANDERLEY, 1996).

Entretanto, a agricultura familiar só pode ser compreendida como uma categoria que continua passando por transformações, estando ainda em construção, seja no âmbito acadêmico ou mesmo na prática social, é uma categoria que apresenta diversidades e singularidades dependendo da realidade em que está inserida. Podendo assim, tanto apresentar tendência à diferenciação como em outros momentos grande estabilidade mediante disposição de recursos gestados internamente. Aspectos e características que, portanto, só podem ser percebidas com maior clareza ao analisar sua interação social espaços de mercado, ou melhor, em algum dos possíveis e distintos mercados no sentido plural como veremos a seguir.

2.2 PERSPECTIVAS E MERCADOS (PLURAL) PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Que o desenvolvimento da agricultura contemporânea possui laços com o mercado não há dúvida, a questão é de que mercado se trata?

Buscando superar o debate economicista em torno do mercado, estudos principalmente da área da antropologia, tem permitido construir diferentes abordagens em torno do mercado como um espaço mais aberto e democrático, não mais de forma determinista como previam os clássicos. Sobretudo, partem das relações sociais e dos próprios atores envolvidos no processo de comercialização para definir tipos de mercados a serem acessados pela agricultura familiar como forma de manutenção e reprodução desta categoria.

Assim, as próximas subseções buscam primeiramente apresentar os apontamentos de duas perspectivas teóricas, metodologicamente alinhadas, que permitem perceber os mercados como uma construção dos próprios atores envolvidos no processo. Avançando para uma segunda parte, a qual está dedicada à caracterização dos mercados da agricultura familiar, fechando com a feira como um destes espaços socialmente construídos.

2.2.1 Mercados como construção social

Conforme já apontaram Gazolla & Peleguini (2010), os estudos que buscam compreender a inserção da agricultura familiar nos mercados, vem ganhando outros enfoques teóricos, principalmente aqueles que olham para os mercados como uma construção social. Portanto, partir do mercado como determinista das ações dos atores sociais, não é a única via de análise como ocorria no debate clássico da economia política.

“O desenvolvimento dos mercados supõe formas localizadas, concretas de cooperação para as quais as ciências sociais contemporâneas voltam de maneira crescente seus estudos” (ABRAMOVAY, 2004, p.47). Sobretudo, nos estudos rurais esta forma de olhar os mercados, como oportunidade de viabilização da agricultura familiar tem ganhado cada vez mais espaço e em sentido plural, denotando que não se trata de um ente único, mas sim vários mercados que possuem características diferentes (GAZOLLA & PELEGUINI, 2010).

Desta forma, destacam-se duas abordagens teóricas que contribuem para compreender o que são estes mercados socialmente construídos. Uma primeira fundamentada na *Sociologia Econômica* tem como principal autor Karl Polanyi, e a outra mais próxima dos estudos rurais, chamada de *Perspectiva Orientada aos Atores*, têm como precursor Noman Long.

O ponto comum entre as duas abordagens, está ligado principalmente à metodologia de análise, as duas fazem fortes críticas aos modelos estruturalistas. Fundadas em princípios da antropologia, partem de análises internas da vida social, consideram que as estruturas da sociedade estariam *imersas* no conjunto das relações sociais e não agindo como determinantes, sendo os *atores* envolvidos nos processos, os principais protagonistas.

Para Polanyi (2000) a economia de mercado seria um sistema “autorregulado”, mas não é possível que a total liberdade dependesse apenas da estrutura do mercado como defendia Adam Smith, o qual toma como natural a disposição do homem para barganhar, permutar e trocar coisas. Segundo Polanyi (2000), o que de fato ocorreu durante a criação do mercado, teria sido à passagem de um sistema a outro como uma “metamorfose”, onde as relações sociais se adaptam ao novo contexto, o que não significaria exatamente a perda de valores ou simples tomada de outros.

Este autor destaca que: “A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas, é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p.65). Ou seja, toda sociedade possui uma forma de organização econômica, mas que estaria imersa no conjunto das relações estabelecidas socialmente segundo princípios internos.

Basicamente seriam três princípios, não necessariamente econômicos, que manteriam as relações sociais ao longo da história. A *reciprocidade*, a *redistribuição* e a *domesticidade*, estando acima de princípios como a *permuta*, a *barganha* e a *troca* que são totalmente dependentes do padrão institucional do mercado estabelecido nas sociedades mercantis (POLANYI, 2000).

O princípio da *reciprocidade* estaria ligado às relações com a família, como uma condição moral diante da sociedade, o qual busca garantir a subsistência da família (POLANYI, 2000). Já o princípio da *redistribuição*, garante que certa parte da produção local seja armazenada por alguma forma de organização central,

buscando garantir a reprodução da sociedade (POLANYI, 2000). E o princípio da *domesticidade*, consiste na produção para o próprio uso, determinado pelo padrão do grupo, o que não deve ser visto como motivação para ganhos individuais ou gerador de excedentes produtivos responsáveis por destruir essa domesticidade (POLANYI, 2000).

Polanyi (2000) considera que as motivações econômicas individuais, são totalmente estranhas às relações sociais, sendo princípios como a reciprocidade que garantem o funcionamento do sistema econômico, até mesmo sem uso de formas de registro ou tipos de administração. Isso não quer dizer que estas sociedades possam ser vistas de forma simples ou relacionados a sociedades primitivas e comunidades específicas, para o autor, nem de longe uma sociedade sem a economia e o mercado baseados no lucro deve ser vista de forma simples.

De forma mais ampla, essa proposição sustenta que todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, *inter alia*, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia (POLANYI, 2000, p.75).

Portanto, segundo Polanyi (2000) mesmo com acessão da sociedade mercantil, onde a permuta, a barganha e a troca, dependem do padrão de mercado para serem efetivados, estes princípios permanecem ativos. A reciprocidade recebe auxílio da organização simétrica, a redistribuição se facilita pela centralidade e a domesticidade tem base na autarquia (POLANYI, 2000), podendo hora predominar um ou outro da mesma forma que os princípios formadores de preço na sociedade de mercado se alternam.

Mesmo diante da liberalização do comércio, para Polanyi (2000) é impossível conceber uma sociedade baseada apenas em princípios do mercado, de forma que seria autocontrolada pelo próprio mercado. Segundo o autor, isso não passa de uma premissa que nunca existiu, sendo que as próprias práticas intervencionistas do Estado diante da ascensão do mercantilismo, são provas de que é impossível a auto regulação.

O sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social (POLANYI, 2000, p.87).

Nas palavras de Granovetter (2007), que adota a noção de *embeddedness* a partir de Polanyi, toda a economia está imersa nas relações sociais, como se fosse enraizada ou diretamente imbricada nestas relações, não podendo ser vista de forma separada a economia da sociedade. Portanto, o mercado sendo parte da organização da economia, também estaria submerso nestas relações sociais e não agindo como determinante das relações sociais.

Os mercados só podem ser compreendidos como espaços reais de confronto entre atores, cuja forma depende exatamente da força, da organização, do poder e dos recursos de que dispõe cada parte. A abordagem sociológica dos mercados procura compreendê-los não como premissas da ação econômica, mas como resultados concretos – e sempre imprevisíveis, uma vez que dependentes da evolução real da relação entre os atores – da interação social (ABRAMOVAY, 2004, p.58).

Logo, os mercados seriam construídos neste conjunto de relações entre os próprios atores envolvidos, sendo neste sentido que a *Perspectiva Orientada aos Atores* pode contribuir com maior peso. Ou seja, os *atores* sociais são colocados não mais como categoriais vazias ou receptoras das intervenções, mas como participantes ativos que recebem e interpretam informações ao passo que disseminam estratégias em suas relações com os diversos atores e também instituições externas (LONG, 2007).

Essa centralidade nos atores, parte do que Giddens (1984) chama de “agência humana”, ou seja, os atores teriam “capacidade de processar a experiência social e disseminar maneiras de lidar com a vida”, sejam quais forem às condições, possuem “capacidade de saber e capacidade de atuar” (LONG, 2007. p. 48). No entanto para Long & Ploeg (2011), a agência não seria um atributo individual, só sendo acionada a partir de alterações de determinadas condições estabelecidas e que conseqüentemente provocam alguma alteração nas relações sociais, portanto depende de uma rede de atores em atividade.

Segundo Long (2007), essa capacidade de agência carrega a condição de poder dos atores, principalmente por estar ligada aos processos de conhecimento e redes de construção de novas relações sociais. Não se tratam de relações conflituosas, mas “processos de interação social” que geram um “produto conjunto” e a “fusão de horizontes” entre os atores (LONG, 2007, p.55).

Segundo González et al (2014), três conceitos da *Perspectiva Orientada aos Atores* são fundamentais para analisar as ações dos atores em campos mais amplos, como o próprio mercado. Seriam estes os conceitos de “*campos sociais*”, “*domínios*” e “*arenas*”, os quais buscam enfatizar as ligações entre espaços sociais, como se constituem ou se transformam.

O conceito de “*campos sociais*”, traz o sentido de um quadro de espaço aberto: uma paisagem irregular com limites mal definidos, composto em termos de disponibilidade e de distribuição de elementos diferentes” (LONG, 2007, p.122). Assim, a composição destes espaços seria resultado das intervenções tanto humanas como não humanas, constituídas de diferentes tipos de ação social, o que resulta na intervenção com domínios diferentes (LONG, 2007).

Assim, o conceito de “*domínio*” é utilizado para identificar áreas da vida social que estão organizadas com referência a um núcleo central ou juízo de valores, implicados em certo grau de compromissos sociais (LONG, 2007, p.124). Este permite analisar questões como a organização, a disputa de valores sociais, o uso de recursos, o poder e a autoridade dos atores.

Da mesma forma, o conceito de “*arenas*” corresponde a “situações sociais em que tem lugar às contendas sobre assuntos, recursos, valores e representações” (LONG, 2007, p.125). Esta concepção tem importância central na identificação dos atores, permitindo que sejam analisados os projetos de desenvolvimento que estão sendo colocados.

São noções que ao aplicar no estudo dos mercados conforme fazem Gazolla & Peleguini (2010) e outros que veremos adiante, permitem tomar os atores como construtores dos mercados em que acessam. Neste caso, os agricultores teriam capacidade de *agência* para atuar em diferentes *campos sociais*, em meio a diferentes *domínios* e colocando suas propostas e projetos em *arenas* de construção de alternativas como os próprios mercados destinados a comercialização de sua produção.

Entretanto, neste sentido é que as duas perspectivas se encontram, partem de pressupostos que as estruturas sociais são construídas socialmente e não determinantes da condição social dos atores. Uma coloca as relações sociais acima das determinações econômicas, da mesma forma que a outra dá ênfase na ação coletiva dos atores.

Enfim, como veremos a seguir os mercados da agricultura familiar apresentam diferentes formas organizativas, principalmente quando construídos pelos atores sociais. Entretanto, as relações que predominam em alguns mercados podem ser mais interessantes que em outros, principalmente quando o objetivo é aumentar a autonomia dos agricultores.

2.2.2 Os mercados da agricultura familiar

Com o avanço da globalização os “impérios agroalimentares” estariam literalmente introduzindo "por toda parte, conjuntos de normas e parâmetros generalizados que governam todas e quaisquer práticas locais específicas" (PLOEG, 2008, p.255). Estes agem como aparelhos centralizadores das decisões, controlando os mercados de forma disfarçada segundo Ploeg (2008), fazendo tudo parecer com o mercado monopolizado, buscam controlar todas as formas de compra e venda de alimentos.

Como dissemos, diante deste quadro que o debate em torno dos mercados da agricultura familiar, ganha cada vez mais espaço na busca por alternativas. As mudanças globais colocam em risco tanto o sistema agroalimentar quanto a agricultura familiar. Portanto neste contexto é que surgem as reações dos atores, construindo alternativas de mercado para a produção de alimentos que partem de relações sociais não necessariamente condicionadas ao sistema econômico dominante.

Os mercados que são construídos socialmente a partir das relações locais, apresentam-se como alternativas ao sistema agroalimentar hegemônico. Firmando-se em experiências que carregam relações de reciprocidade enraizadas na organização de espaços de comercialização, caracterizados pela proximidade entre os atores envolvidos. Neste sentido, alguns autores têm buscado caracterizar os principais mercados acessados pela agricultura familiar.

Wilkinson (2010) identificou cerca de seis tipos de mercados que a agricultura familiar se relaciona: (1) o de *commodities*, voltado para atender tanto o local como principalmente distâncias maiores e que ainda precisaria avançar em aspectos como padronização, regulamentação, qualidade e escala; (2) o de *especialidades* também entendido como *nicho*, estando em certo ponto associado ao local e as tradições, mas que constantemente acaba caindo na concorrência; (3) o mercado de *orgânicos*, associando à saúde e práticas produtivas, ainda depende da certificação, de pesquisa e de escala; (4) o de *produtos artesanais*, que tenham ou não origem denominada, onde qualidade, normas, autenticidade e coletividade são os principais limites; (5) os mercados *solidários*, nem sempre identificados com a agricultura familiar, são muito variáveis na renda, tem limites na escala, na qualidade e nas variações, e; por fim, (6) os mercados *institucionais*, que ocorrem via licitações e varejo, estes ainda dependem de avanços na qualidade, na escala e no controle das variações.

Darolt (2013) analisando as experiências francesas e do sul do Brasil, busca avaliar os chamados “*circuitos curtos de comercialização*”, principalmente de produtos ecológicos. Este autor busca perceber avanços e limites destas formas de comercialização, procurando encontrar alternativas de aproximação entre produtor e consumidor, frente os impactos da intensificação da especialização agrícola no século XX. Mesmo que para Darolt (2013), as cadeias curtas não estão isentas da globalização do sistema agroalimentar, que pode se apropriar de práticas sociais.

Segundo Darolt (2013), no Brasil ainda não há uma definição clara do que seriam os “*circuitos curtos*”, mas partindo das experiências francesas, podem ser consideradas desta forma a *venda direta* de produtor para consumidor ou mesmo experiências com até *um intermediário*. Ainda conforme este autor, normalmente os produtores que praticam esta forma de venda, são agricultores familiares com até vinte hectares de terra, buscando maior autonomia em relação ao mercado hegemônico quando se dirigirem para os circuitos curtos.

As formas de *venda direta* seriam: a venda na propriedade, venda em cestas, em feiras, pontos coletivos, beira da estrada, associações de produtores e consumidores e até mesmo vendas institucionais (DAROLT, 2013). Podem ser diversas formas, mas que coloquem o produtor e o consumidor em contato direto, sendo estes quem controlam e gestão o processo. Quanto às formas *indiretas* com

até um intermediário podem ser: lojas especializadas, restaurantes, lojas de associações ou cooperativas, lojas virtuais, também com diversas formas organizativas, mas que garantem aproximação entre produtores e consumidores e principalmente a qualidade dos produtos (DAROLT, 2013).

“Os circuitos curtos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo” (DAROLT, 2013, p. 162). Segundo Darolt (2013), estes ainda permitem maior remuneração ao agricultor e preços justos ao consumidor, valorizam a produção local, geram empregos e aumentam a dinâmica da economia local, além de que estes circuitos reduzem impactos ambientais.

Outra proposta interessante é apresentada por Niederle (2013), que considera as *Indicações Geográficas* como um dos mais importantes mecanismos de qualificação encontrado no mercado de alimentos, não estando isento de conflitos, tornou-se um instrumento de valorização dos territórios. No entanto, suas formas de apresentação dependem do contexto em que estão inseridas, da interação dos diferentes atores e seus valores na construção de novos *regimes sociotécnicos*, com normas que orientam as ações coletivas.

Segundo Niederle (2013, p.29) a noção de qualidade passou por mudanças ao longo da história, saiu da preocupação apenas com o produto final indo para as formas de produção, depois passou a atribuir interesses individuais de preferências, chegando ao “(...) reconhecimento de que a qualidade não existe como uma propriedade estática. Uma definição de qualidade é apenas um momento relativamente estável na trajetória social de um bem”, ainda que para essa definição, recentemente nas discussões tem sido “(...) acrescentado uma compreensão de que o processo social de construção da qualidade não pode se desenvolver sem a mediação de dispositivos de julgamento” (NIEDERLE, 2013, p.29).

Essa diferença na concepção e construção da qualidade é que seria o determinante para Niederle (2013), quando o que antes era estabelecido por normas e regras homogêneas estabelecidas no mercado convencional, agora passa pelos acordos entre os atores que estabelecem valores comuns, deixando de atribuir a qualidade apenas pela diferenciação de preços. Desta forma para o autor, o mercado deixa de ser local de encontro de indivíduos orientados apenas por

interesses particulares, “(...) mas produto de convenções, de representações socialmente compartilhadas sobre o mundo” (NIEDERLE, 2013, p.37).

Para construir uma Indicação Geográfica, segundo Niederle (2013) é preciso dividir o processo em cinco fases: uma primeira que daria conta do “engajamento” dos indivíduos e das organizações, decididos a cooperar e cientes dos benefícios; depois passaria para a “intercompreensão”, em que os atores se manifestam e buscam objetivos comuns; logo chegaria à fase de “explicação e extensão”, materializando-se o engajamento com dispositivos que estabelecem as relações, fortalecendo assim a rede; já a quarta fase seria de “crítica”, quando as ações são julgadas e os acordos questionados, e finalmente indo; a uma fase de “revisão” com reajustes nos dispositivos e definição da nova configuração da Indicação Geográfica (NIEDERLE, 2013, p.38).

A criação de dispositivos de controle e a forma de organização, não podem gerar exclusão, precisam seguir princípios não hierárquicos, que tenham o mesmo peso na definição de qualidades, ressalta Niederle (2013). Desta forma, o mercado, o mundo doméstico, as opiniões, o mundo industrial, as inspirações e representações, cada um com suas qualificações teriam o mesmo peso sobre as relações estabelecidas. As *cadeias curtas* seriam um bom exemplo disso para este autor, nestas, as *indicações geográficas* poderiam ser uma forma de coordenação e os mecanismos de verificação da qualidade se dariam nas relações entre produtores e consumidores, com vínculos de confiança e respeito aos costumes (NIEDERLE, 2013).

No entanto, Niederle (2013) afirma que as Indicações Geográficas também não deixam de estarem inseridas no contexto do modelo agroalimentar dominante, muitas vezes sendo utilizadas para extrapolar os mercados locais. Diante disso, Niederle (2014, p. 80-82) considera que os circuitos curtos de comercialização, geram um “contramovimento” à forma de mercantilização dos alimentos hegemônica. Para ele, as políticas de Estado voltadas a agricultura familiar, a questão ambiental presente na pauta dos movimentos sociais e as novas práticas de produção e consumo baseadas na agroecologia, são fatores que tem contribuído diretamente na “(re)ativação” dos circuitos curtos, a exemplo das feiras, que conseguem reduzir valores puramente econômicos e valorizar aspectos socioculturais.

Frente a isso, Schneider (2016) afirma que entre a via liberal de ação individualizada e a via socialista que segundo ele buscava a extinção do mercado, surge de forma crítica às propostas de “construção social dos mercados”, não mais como apenas uma forma, mas no sentido plural da existência de diferentes tipos de mercados. Para Schneider (2016) teriam sido Polanyi através da visão dos mercados como instituições estabelecidas nas relações sociais, econômicas e culturais de forma equilibrada e Granovetter com a noção dos mercados enraizados na sociedade, autores que permitiram inovar as formas de estudar os mercados.

Segundo Schneider (2016) o principal tema de discussão nos estudos agrários não estaria mais focado no papel dos camponeses e agricultores familiares na formação do capitalismo, se estes ganham ou perdem ao se relacionar com o mercado. A ordem do dia para Schneider (2016) está na análise da inserção destes atores no mercado, buscando saber como se dão as relações, as interações, que fatores contribuem ou atrapalham e que tipo de mercados estão em construção para quais agricultores.

Ainda no quadro teórico, Schneider (2016) acredita que os estudos sobre a mercantilização com autores como Long e Ploeg, também abriram caminho para pensar a inserção dos agricultores familiares e camponeses nos mercados de duas formas: não mais apenas como determinante ou degradante para os agricultores, mas também como estratégia para sua reprodução. Ou seja, para estes autores a mercantilização não apenas destrói as estruturas camponesas, mas também pode fortalecer sua reprodução em diversas dimensões e situações.

Assim, Schneider (2016) afirma que a agricultura familiar segue para quatro tipos de mercados: (1) os mercados de *proximidade*, praticados por agricultores do tipo camponês produtor de excedentes, realizando venda direta e somente local, principalmente via relações interpessoais e solidárias baseadas na confiança e na amizade, seja dentro da propriedade, a domicílio, na beira da estrada, entregas diretas, feiras locais ou grupos de consumo; (2) os mercados *locais e territoriais*, praticados por agricultores familiares produtores simples de mercadorias, com alcance local, regional e territorial, apresentam diversidade e formas complementares baseadas na confiança, procedência e preços, seguem vias como feiras regionais e nacionais, redes de venda, eventos, lojas especializadas, restaurantes, associações e sacolão; (3) os mercados *convencionais*, os agricultores

são produtores de mercadorias, não tem limites ou lugar definido, apresentam relações de concorrência reguladas por contratos e preços, seguindo canais com atravessadores, cooperativas, agroindústrias, empresas privadas, internet e supermercados e; (4) os mercados *públicos e institucionais*, onde tem todos os tipos de agricultores fornecedores, de múltiplos espaços, com relações via licitações ou seleções públicas reguladas por contratos e leis, seguem para escolas, comércio justo, órgãos governamentais, assistência social e ONGs.

Ainda para Schneider (2016), os agricultores familiares então inseridos no mercado numa via de mão dupla, onde podem tanto vender como comprar produtos para suprir suas necessidades. No entanto os dispositivos de regulação, controle e governança são o diferencial segundo Schneider (2016), pois variam de acordo com o tipo de mercado e das características dos agricultores, sendo que localmente predominam mercados de proximidade e territorialidade, com relações de confiança e maior autonomia do agricultor, diferente dos mercados institucionais e convencionais, onde se amplia a dependência do agricultor e as relações são estabelecidas a partir de contratos.

Entretanto, nota-se que apesar de haver diferenças na caracterização dos mercados da agricultura familiar, com tipos e formas de mercados diversos demonstrando sua pluralidade, outra questão central está nas relações de proximidade destes mercados. Porém, não apenas no sentido de limites físicos ou geográficos, mas principalmente sobre as relações socialmente estabelecidas nestes mercados, as quais permitem maior ou menor autonomia dos atores envolvidos no processo de comercialização de produtos que carregam diferentes atributos, dependendo do tipo de mercado.

Assim, estes apontamentos permitem perceber que o mercado não é fechado quando olhado a partir dos atores. No caso dos mercados da agricultura familiar, os pesquisadores brasileiros deram conta de mostrar que quanto mais próximos os atores estejam, maior será a presença de relações sociais não determinadas pela estrutura hegemônica. Logo, quando estas relações se perdem, a tendência é aumentar a dependência da agricultura familiar no mercado convencional com suas determinações externas, já quando as relações entre os atores se aproximam como no caso das *feiras livres*, os riscos são reduzidos.

2.2.3 Especificidades das Feiras Livres

As feiras livres¹, abordadas dentro do conjunto de mercados de proximidade acessados pela agricultura familiar, não podem ser compreendidas apenas como pertencentes a este tipo de atores da agricultura contemporânea. Por isso, torna-se necessária uma breve abordagem de algumas especificidades relacionadas principalmente à origem das feiras livres, porém não com a mesma densidade dedicada à categoria agricultura familiar.

O objetivo desta subseção é evitar que se pense que a feira é uma criação da agricultura familiar, quando na verdade é um espaço que resiste e se recria no tempo e espaço, não sendo uma prática somente deste grupo social. “Afim, a ‘feira é livre’ e todo mundo pode entrar”, destaca Sato (2012, p. 226) ao analisar as relações de trabalho em uma feira da metrópole paulista, onde os feirantes não tem “nada” de agricultores.

Da mesma forma que não está atrelada a um único tipo de ator, a origem das feiras livres também não pertence a um tempo exato, mas suas características e formas de organização seguem certa tradição mantida ao longo do tempo mesmo sobre transformações no conjunto da sociedade. Rech (2011) lembra que a feira está presente em passagens bíblicas, que demonstram quando Jesus expulsou vendedores e compradores que realizavam suas trocas no templo sagrado, estes estariam apenas comercializando ingenuamente seus excedentes produtivos para adquirir outros suprimentos que não tinham.

No mesmo sentido, para Vasques (2016) a história da feira é atrelada ao início das atividades mercantis ainda no período feudalista, sendo facilitada sua criação pelo aumento da produção agrícola. Da mesma forma, Anjos et al (2005, p.16) apontam que o surgimento das feiras “(..) remonta ao aparecimento dos primeiros burgos e a intensificação das trocas comerciais”, demonstrando assim, que a história e prática da feira não é recente.

¹ O termo “feira livre” abordado nesta seção faz referência à caracterização do tipo de mercado que se estuda aqui, portanto não cabe neste momento discutir a noção de “liberdade” embutida no termo, podendo ser considerado inapropriado para denominar o espaço de mercado da Feira do Produtor, pois existem concessões públicas da prefeitura, formas de regulação sanitária e certificação para ser feirante, o que também permitiria a compreender como um tipo de mercado público.

Anjos et al (2005, p.17) afirma que as primeiras referências práticas remetidas as feiras no Brasil, ocorreram por volta de 1687 no estado de São Paulo, onde eram comercializados “gêneros da terra, hortaliças e pescados”. Estes autores assinalam que a partir deste período as feiras se espalharam por todo território brasileiro, sobretudo diante do grande desenvolvimento de praças comerciais e continuam resistindo mesmo após o período da globalização.

“A feira livre consiste em uma modalidade periódica de comércio varejista (...)” realizado ao ar livre segundo Jesus (1992, p.95), sendo uma forma tradicional de abastecimento alimentar dos centros urbanos. Este mesmo autor, durante o fim da década de 1980 ao início dos anos 1990, demonstra que as feiras eram muito mais presentes em cidades de até duzentos e cinquenta mil habitantes, desaparecendo progressivamente ao se dirigir para centros urbanos de menor porte.

Entretanto, mesmo com grande expansão dos supermercados modernos, impulsionados após a industrialização do país na década de 1950, Jesus (1992) ao analisar dados oficiais do fim da década de 1980, verificou que existiam em torno de duzentos e seis feiras na metrópole do Rio de Janeiro. Elas ocorriam numa média de trinta feiras diariamente, com mais de quinze mil feirantes cadastrados, responsáveis pela maior parte do abastecimento de hortaliças, frutas e pescados da cidade (JESUS, 1992).

Diante disto, a questão central para Jesus (1992) e para Anjos et al (2005) foi explicar como estas feiras resistiram as transformações da sociedade moderna, compatibilizando em boa parte com os objetivos deste estudo. Entretanto, o ponto de partida para a explicação da permanência da feira entre os dois autores citados anteriormente é diferente, mas os apontamentos finais podem ser considerados com certa complementariedade.

Jesus (1992), parte da teoria dos dois circuitos da economia urbana herdada da geografia de Milton Santos. Esta teoria considera que existe um circuito superior e outro inferior na sociedade capitalista, os quais andam paralelamente, porém sem se tratar exatamente como formas dualistas. Logo, Jesus (1992) afirma que as feiras livres que resistiram à modernidade, estariam localizadas neste circuito inferior da sociedade capitalista, onde não operam plenamente as relações capitalistas.

Esta é a mesma vertente que segue Sato (2012) ao analisar uma feira na região metropolitana de São Paulo. Para estes autores, a feira se constitui como uma criação do espaço urbano, ou seja, ela só nasce porque os centros urbanos nasceram antes, no entanto mesmo assim ficam localizadas no circuito inferior da sociedade capitalista, caracterizados pela forte presença de trabalho informal (SATO, 2012), enquanto os supermercados e hipermercados modernos ocupam o circuito superior, com altos retornos nos investimentos realizados ao passo que no circuito inferior não conseguem atingir os ganhos esperados (JESUS,1992).

Já para Anjos et al (2005), as feiras livres só conseguem resistir a globalização devido carregarem características socioculturais atreladas aos seus atores, mesmo que sobre condições precárias. Ou seja, para estes autores que analisam as feiras livres no sul do Brasil com predominância de agricultores familiares, as feiras resistem às transformações sociais porque carregam relações não apenas do ponto de vista econômico, mas diferenças, “(...) centradas na afetividade, na proximidade e no caráter simbólico” (ANJOS et al, 2005, p.170).

Estas relações podem tomar inclusive caráter “afetivo”, o que não significa que deixem de cumprir mesmo que parcialmente seu papel socioeconômico, aponta Anjos et al (2005). No entanto, este papel socioeconômico se dá muitas vezes sobre condições de trabalho precárias para Sato (2012). Ou seja, as relações sociais e econômicas, de fato aparecem totalmente atreladas na prática da feira livre.

Sendo assim, as feiras possuem especificidades organizativas, possibilitam diferentes olhares e são constituídas pelos mais diversos atores. Trata-se de construções sociais que passam por transformações que ocorre no conjunto das mais diversas relações sociais, apresentando caráter multicultural. Portanto, as feiras apresentam aspectos presentes nos diferentes mercados acessados pela agricultura familiar, mesmo que não seja o único tipo de ator presente em todas as práticas de feiras já conhecidas e estudadas.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se o enquadramento metodológico utilizado na pesquisa, bem como o caminho percorrido na busca por atingir os objetivos colocados. Dividido em duas subseções, procura-se demonstrar principalmente as questões práticas da pesquisa, não adentrando no debate teórico epistemológico da pesquisa como demonstram Trivínõs (1987) e Richardson (2012), considerando-se assim que a base teórica da pesquisa está exposta no conjunto do trabalho.

3.1 ESTUDO DE CASO DESCRITIVO COM METODOLOGIA MISTA

Considerando as características do objeto de estudo tomadas em fase exploratória, a pesquisa tem caráter descritivo com uso de dados mistos, pois busca descrever e caracterizar a realidade da Feira do Produtor no município de Francisco Beltrão/PR, seus principais atores e relações presentes neste espaço, utilizando-se de dados quantitativos e qualitativos. Sendo ainda, denominado como um estudo de caso ao ser remetido a uma experiência específica e localizada.

Trivínõs (1987, p.111) destaca que os estudos de caso descritivos têm resultados válidos apenas para a realidade estudada, não podendo ser generalizado para outras situações, estando aí o grande valor deste tipo de estudo. Segundo Trivínõs (1987), estes estudos acabam fornecendo conhecimento aprofundado de determinada realidade, cujos resultados atingidos permitem formular hipóteses e pressupostos para outras pesquisas.

Sobre o uso de metodologia mista, com dados quantitativos e qualitativos, cabe destacar que este estudo aposta na possibilidade de “complementaridade” (RICHARDSON, 2012, p. 88), mesmo que haja certa ênfase na análise qualitativa conforme pode ser verificado nos resultados, isso possibilita maiores recursos para apresentação e análise da realidade. Conforme Minayo & Sanches (1993, p. 247), “(...) o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa”.

Da mesma forma, Trivínõs (1987, p. 116) afirma que a dicotomia entre quantitativo e qualitativo não tem razão para existir, sendo totalmente falsa. Trata-se de uma confusão criada em meados da década 1970 na América Latina, quando houve o avanço de algumas tendências teóricas das ciências sociais, que buscavam

a superação dos métodos tradicionais das ciências naturais (baseadas essencialmente em métodos quantitativos), utilizando apenas de programas qualitativos, sem superar a velha tendência estrutural funcionalista (TRIVINÓS, 1987).

Portanto, considerando também outros aspectos ligados ao próprio autor, só foi possível delimitar este como estudo de caso descritivo em função do que pode ser considerada a fase exploratória da pesquisa. Ou seja, tinha-se contato prévio com o objeto de estudo, reconhecendo suas dimensões, mas necessitando de recortes que favorecessem o melhor desenvolvimento do trabalho diante das condições colocadas.

3.2 CAMINHO PERCORRIDO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

“O conhecimento científico é sempre uma busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica (...)” (MINAYO & SANCHES, 1993, p. 240), para isso alguns passos foram fundamentais na construção do estudo. Destacam-se ao menos quatro momentos com as técnicas e escolhas adotadas: (1) a delimitação teórica bibliográfica; (2) a delimitação do objeto de estudo; (3) o levantamento de dados, e; (4) a análise e descrição da realidade.

A primeira fase como delimitação teórica bibliográfica, em função do objeto de estudo, pode ser considerada a mais polêmica e de difícil decisão para o estudo, por isso considerada como etapa metodológica. São inúmeras as contribuições e estudos científicos que analisam o desenvolvimento rural e a relação da Agricultura Familiar com o Mercado, dando diferentes orientações analíticas destas categorias, tendo em vista a grande relevância social que detêm, conforme apresentado no capítulo anterior e nos resultados a seguir.

Para chegar à delimitação teórica bibliográfica utilizada na pesquisa e como reconhecimentos de suas experiências, foram considerados as contribuições dos professores e pesquisadores do programa de pós-graduação ao qual o estudo está vinculado. Construindo assim a revisão bibliográfica apresentada a banca de qualificação do projeto de pesquisa, a qual deu contribuições determinantes.

Além das contribuições dos materiais cedidos e apontados por professores, à formação do banco de dados bibliográficos não seguiu uma

metodologia específica, de forma aleatória com base na trajetória do pesquisador, foram realizadas buscas em diferentes bancos digitais, adotando a sistemática simples de busca por literaturas que tratavam do tema estudado a partir de palavras chaves. Dentre estas, as principais palavras foram: “Desenvolvimento rural”, “agricultura familiar”, “feiras livres”, “mercados e agricultura familiar”, buscadas em diferentes periódicos, que se iniciaram pelo programa ao qual o estudo está vinculado, site da CAPES, Google Acadêmico, Scielo e outros específicos conforme podem ser vistos nas referências.

Foram inúmeros os estudos revisitados que fazem referência ao tema deste estudo, resultando na revisão bibliográfica apresentada a banca de qualificação, a qual possibilitou melhorar o direcionamento teórico. Logo, considerando que “a história é aberta porque é escrita pelos atores” (CALLON, 2004, p. 76), toma-se como ponto de partida o debate clássico da “questão agrária” com objetivo de localizar o debate contemporâneo, avançando com maior peso nas recentes abordagens que analisam o desenvolvimento rural tomando os agricultores familiares como atores ativos, que atuam em diferentes mercados construídos e submersos em relações sociais, a exemplo das Feiras Livres (Schneider, 2016).

O segundo passo da pesquisa, diz respeito às delimitações do objeto de pesquisa, principalmente no que se refere aos atores a serem investigados, bem como os recortes da amostra. O espaço foi previamente definido, tanto pela identidade do pesquisador, que tem origem vinculada à agricultura familiar, quanto por sua experiência profissional, que constantemente se deparava com debates envolvendo as categorias colocadas neste estudo, além de ser um frequentador das feiras.

Assim, são tomadas as feiras localizadas no município de Francisco Beltrão-PR como universo de estudo, pois além da proximidade do pesquisador, relatos de outros pesquisadores e lideranças locais davam conta da existência de oito feiras no município ocorrendo em diferentes espaços. Além disso, há evidências que sejam as experiências mais antigas da mesorregião Sudoeste do Paraná.

Em pesquisa de campo, Rech (2011) constatou que em 2010 o município de Francisco Beltrão contava o maior número de feirantes da região, cinquenta e duas pessoas distribuídas em quatro locais, sendo que a Feira do Produtor

localizada na região central apresentou o maior número de feirantes do município e a segunda da região, com seus mais de trinta anos de existência.

Logo, tomado ciência do universo da pesquisa e balançados os recursos dispostos ao pesquisador, que auto financiou todas as etapas, optou-se por focar na Feira do Produtor, principalmente por ser a maior em número de feirantes e a mais antiga registrada em outros estudos. Logo, em diálogo com representante da prefeitura que acompanha a feira e com o presidente da associação da feira, realizou-se um novo recorte intencional para coleta de dados. Focando nos agricultores, tanto por serem considerados os protagonistas da feira, que tomaram a iniciativa de construção desta experiência, como pela possibilidade de identificação com a categoria de agricultores familiares.

Não sendo uma amostra elevada, foram entrevistados todos os representantes das bancas que se identificam como sendo agricultores, precisamente vinte e três entrevistados distribuídos em dezenove bancas, ficando cinco bancas sem coleta de dados via entrevista, por se tratarem de feirantes não identificados como agricultores. No entanto, estes também são atores da feira e participaram da pesquisa através dos demais instrumentos de levantamento de dados, demonstrando sua importância conforme pode ser observado nos resultados e discussões.

Assim delimitada a amostra, a terceira fase se resume ao levantamento de dados primários no espaço da feira, a qual demandou os maiores recursos. Para isso, a principal técnica utilizada à aplicação de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas. Estas foram realizadas pelo próprio pesquisador, seguido um roteiro de questões em material impresso, registrando o máximo de informações possíveis de forma manuscrita a partir das falas dos entrevistados. Ressalta-se, que o uso de gravador não foi possível, principalmente devido o ambiente não ser propício, em teste realizado, os ruídos da rua combinados com as características da feira, inviabilizaram as gravações.

Richardson (2012) destaca a entrevista com uma das técnicas de melhor resultado em pesquisas sociais, pois permite maior interação entre pesquisador e entrevistado, no entanto é preciso seguir algumas normas e procedimento para não interferir na opinião do entrevistado. Assim, procurou-se manter postura

investigativa, buscando causar a menor desconfiança possível e nem exposição de opiniões durante a entrevista, seguindo o “protocolo informal” detalhado a seguir.

Inicialmente, realizados os cumprimentos, bem como a apresentação do entrevistador e seus objetivos de pesquisa, o pesquisador propunha o seguinte acordo: “A sua prioridade não é o pesquisador, mas sim seus clientes”! Mesmo que a maioria das bancas conta com mais de uma pessoa no atendimento, esta “proposta de acordo” utilizada como forma de descontração, buscou estreitar as relações entre pesquisador e entrevistado, quebrando possibilidades de gerar desconforto e preocupação em cumprir as respostas ao mesmo tempo em que o entrevistado atendia os frequentadores da feira.

Logo, o segundo momento antes da entrevista, tratava da firmação do “termo consentimento” (Apêndice A), o qual busca permissão dos entrevistados para o uso dos dados levantados pelo pesquisador. Avançando assim para o momento mais importante, a realização da entrevista seguindo o roteiro semiestruturado (Apêndice B). Este, conta inicialmente com questões que buscam caracterizar os feirantes, sendo proposital iniciar com perguntas mais objetivas, pois a interação entre pesquisador e entrevistado precisa ser ampliada para obter melhores resultados nas questões abertas, realizadas logo na sequência.

Todas as entrevistas foram realizadas durante os meses de fevereiro e março de 2018, somente em dias de realização da feira, sendo cinco sábados no período matutino e três quartas-feiras o dia todo, com pouca interrupção de frequência em relação aos dias de realização de feira. Demoraram em média cinquenta minutos cada entrevista, porém com grande variação de tempo em função das especificidades de cada feirante e da própria dinâmica da feira.

Também foram utilizadas técnicas como “diário de campo”, coleta de “imagens fotográficas” e “análise documental” como fonte de dados primários. Estas de forma complementar as entrevistas, porém de suma importância para a melhor descrição da realidade, assim como a realização de inserções posteriores no espaço da feira para esclarecer informações, até que houvesse a saturação de informações para atender os objetivos da pesquisa.

Como fontes secundárias, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão,

documentos da Associação dos Feirantes de Francisco Beltrão (AFEABEL) e outras literaturas publicadas. Estes voltados principalmente para a compreensão de questões mais gerais relacionadas ao objeto de estudo.

Por fim, a quarta e última fase deste estudo, tratou da organização, análise e descrição das informações levantadas, buscando possibilitar a articulação do que foi encontrado na realidade com a teoria, tendo em foco a apresentação dos resultados e discussões, conforme próxima seção. Ressalta-se, que quando a fonte de dados estiver relacionada à entrevista realizada com os agricultores feirantes, estes estão identificados por códigos, indicando as iniciais AF, que significa Agricultor Feirante, mais o número da entrevista X (exemplo: Entrevistado AF1), isso visando preservar sua identidade original dos entrevistados, que podem ser facilmente identificados no ambiente da feira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é dedicado à descrição da realidade estudada levando em conta as teorias norteadoras da pesquisa, conformando assim os resultados e as possíveis discussões da pesquisa. Tratando-se da articulação prática na busca por atingir os objetivos iniciais entorno do objeto de estudo.

O primeiro momento faz referência ao contexto onde o objeto de pesquisa está inserido, trazendo aspectos históricos e sociais da agricultura familiar na Região Sudoeste do Paraná, com enfoque no município de Francisco Beltrão onde ocorre a Feira do Produtor.

Em seguida a Feira do Produtor é apresentada em seus principais aspectos históricos e organizativos, buscando descrever sua dinâmica de transformação ao longo do tempo e do espaço. Toma-se esta experiência, como um tipo de mercado construído a partir da ação dos atores.

Na sequência são caracterizados os principais atores da Feira do Produtor, tomando os agricultores como protagonistas desta experiência de comercialização de alimentos. Porém, isso não significa que os demais atores não são importantes na construção e configuração da feira, pelo contrário, também figuram como atores fundamentais, podendo estes ser caracterizados e compreendidos detalhadamente em estudos futuros.

Por fim, em uma quarta seção, volta-se a identificação e descrição das relações sociais presentes entre os atores da Feira do Produtor. Um local onde as transformações sociais não deixaram de causar impactos, mas que possui diversidades que cruzam o moderno e o tradicional em uma só experiência, quebrando a possibilidade de que sejam mundos separados.

4.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM FRANCISCO BELTRÃO E NO SUDOESTE DO PARANÁ

A Feira do Produtor esta localizada no município de Francisco Beltrão, na mesorregião geográfica do Sudoeste do Paraná. Trata-se de um território marcado na história pelas lutas sociais envolvendo principalmente os agricultores, o que

configura este espaço como um local carregado de especificidades encontradas em poucas regiões do país.

O município de Francisco Beltrão localiza-se no centro da Região Sudoeste do Paraná (Figura 1), sendo o mais populoso da região (88.465 habitantes) segundo IBGE (2017). A região Sudoeste do Paraná é delimitada ao norte pelo rio Iguaçu e ao sul faz divisa com o estado de Santa Catarina, abrange quarenta e dois municípios, indo de Capanema na divisa com a Argentina até Palmas na divisa com Santa Catarina (Figura 1).

Figura 1 – Localização do município de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná



Fonte: Adaptado da enciclopédia livre digital Wikipédia (2018), com base na Lei Estadual nº 15.825/08 (Gov. Paraná, 2008).

Para fins de delimitação territorial, ao tratar do Sudoeste do Paraná são utilizadas diferentes orientações, sendo necessário se ater às fontes utilizadas. Quando se tratar de dados do IBGE, vale lembrar que este não considera a microrregião do município de Palmas como pertencente à mesorregião Sudoeste Paranaense, já quando a fonte for o IPARDES, os municípios da microrregião de Palmas são considerados dentro da Região Sudoeste do Paraná, de acordo com a Lei Estadual nº 15.825/08 (Gov. Paraná, 2008).

A Região Sudoeste é reconhecida nacionalmente por sua história, principalmente quando se trata do ano 1957, marcado pela Revolta dos Posseiros na luta pela terra (GOMES, 2005). Tratou-se de um período de conflito entre os colonos e as companhias colonizadoras (imobiliárias) que se instalaram na região para explorar os recursos naturais sobre o aval do governo do estado, fato que resultou em grande mobilização popular dos posseiros e agricultores daquele período, os quais foram capazes de reverter à história expulsando as companhias imobiliárias da região (GOMES, 2005).

O conflito também se intensificou em nível administrativo, pois o governo federal de Getúlio Vargas, ainda na década de 1940, havia instalado na região a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO, com objetivo de atender a política de expansão econômica em novas áreas agrícolas e de fronteira (GOMES, 2005). No entanto, dado o conflito que culminou no levante de 1957, foi somente após a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP em 1961, que passaram a serem emitidos os documentos de posse das terras aos colonos.

Segundo Gomes (2005, p.9), “esse movimento foi fundamental para consolidação da pequena propriedade no Sudoeste do Paraná (...)”, característica que também coloca a Região em destaque nacional, sendo um espaço onde predominam estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Conforme dados da segunda apuração do Censo Agropecuário de 2006 que podem observados na Tabela 1, 88,8% do total dos estabelecimentos agropecuários da Região eram da agricultura familiar, contando com pouco mais da metade da área total, 58,2% (IBGE/SIDRA, 2012).

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos tipos de agricultura da mesorregião Sudoeste Paranaense – 2006

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	39.531	88,8	566.616	58,2
Não familiar	4.948	11,1	406.022	41,7
Total	44.479	100	972.637	100

Fonte: Organizado a partir da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Conforme destaca Zatta (2016), a forma como ocorreu à ocupação das terras da Região Sudoeste não deve ser reduzida apenas a fatos como a colonização da fronteira proposta no período militar e a Revolta dos Posseiros. Na Região também existiram indígenas e, sobretudo os caboclos, estes últimos principalmente após os anos 1900 já praticavam agricultura de subsistência. Somente em meados dos anos 1940 é que a migração se intensifica, trazendo para Região pessoas do Rio grande do Sul, de Santa Catarina e da região central do estado, sobretudo populações descendentes de europeus (ZATTA, 2016).

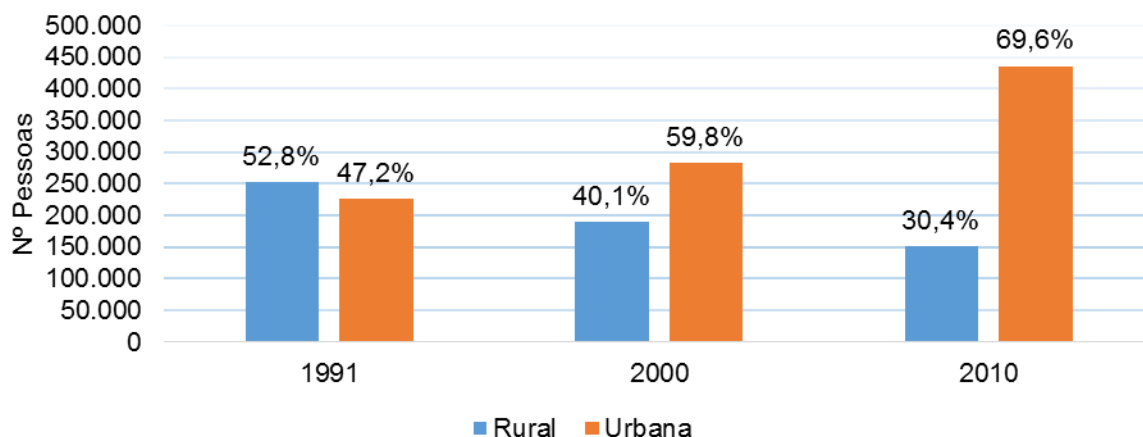
Para Santos (2008) a ocupação populacional da Região Sudoeste pode ser caracterizada em três fases: uma primeira de ocupação livre, sem interesse na propriedade, caboclos e índios buscando a subsistência; a segunda fase foi marcada pelos migrantes que vinham dos estados do Sul e as companhias colonizadoras, já com foco na propriedade da terra e elevação das condições de vida acima dos primeiros moradores, e; a terceira seria a fase de “modernização” da agricultura.

São muitos os estudos² que trazem a dimensão das transformações históricas da Região Sudoeste do Paraná, no entanto o objetivo aqui é apenas caracterizar brevemente a região. Desta forma, é preciso analisar alguns dados da região sem omitir o conhecimento já elaborado em outros estudos sobre. Logo, um aspecto que chama atenção frente às transformações da região, está nos dados demográficos.

Com o avanço da “modernização da agricultura” marcada pela “Revolução Verde” após a década de 1970 no caso brasileiro, a Região Sudoeste Paranaense tem uma inversão demográfica. Este processo se consolida no início dos anos 1990, conforme se observa no Gráfico 1 até a década de 1980 a maior parte da população era residente na área rural da região, passando nos anos seguintes a predominar o maior número de pessoas residentes na área urbana.

² Alguns dos autores são: Correa (1970), Abramovay (1981), Lazier (1983), Veronese (1998), mais recentes Boneti (2005), Gomes (2005), Perondi (2007), Santos (2008), Silva (2011).

Gráfico 1 – Inversão demográfica quanto à condição de domicílio na mesorregião Sudoeste Paranaense



Fonte: Organizado a partir dos Censos Demográficos do IBGE (IBGE/SIDRA, 2012).

“A *modernização* da agricultura teve uma relação direta no processo de diminuição da população rural, constituindo-se este processo um dos responsáveis pelo êxodo rural” (SANTOS, 2008, p.161). Além disso, a Região também perdeu população absoluta com migrações para outras regiões do estado e do país. Evidente que este processo não foi localizado, mas em nível global as populações que antes seguiam para outros territórios em busca de recursos naturais, nas décadas recentes tem tomado o espaço urbano como local de sociabilidade e reprodução de suas condições de vida.

Entretanto, após o período de conflito e mesmo diante do avanço da modernização da agricultura, a Região ainda conta com significativo número de pessoas na área rural se comparada aos dados do país e do estado apurados no último Censo demográfico em 2010. Enquanto no Sudoeste Paranaense 30,4% das pessoas residiam na área rural, em nível nacional eram 15,6% e no Paraná apenas 14,6%, menos da metade em termos percentuais da população total reside na área rural em comparação com a Região (IBGE, 2010).

Até onde esses índices se mantiveram é difícil prever, tendo vista que último censo demográfico foi em 2010, no entanto o peso da agricultura familiar na Região vinha tendo destaque, tanto pela capacidade organizativa ou mesmo pela representativa capacidade produtiva frente a outras formas de agricultura. Conforme Tabela 2, é possível notar que a agricultura familiar do Sudoeste do Paraná, contava

com a maior parte do valor bruto da produção agropecuária total da Região, 63,8%, da mesma forma que possui maior percentual de terras utilizadas conforme verificado no ano de 2006.

Tabela 2 - Participação da agricultura familiar e não familiar sobre o valor bruto da produção agropecuária na mesorregião sudoeste paranaense - 2006

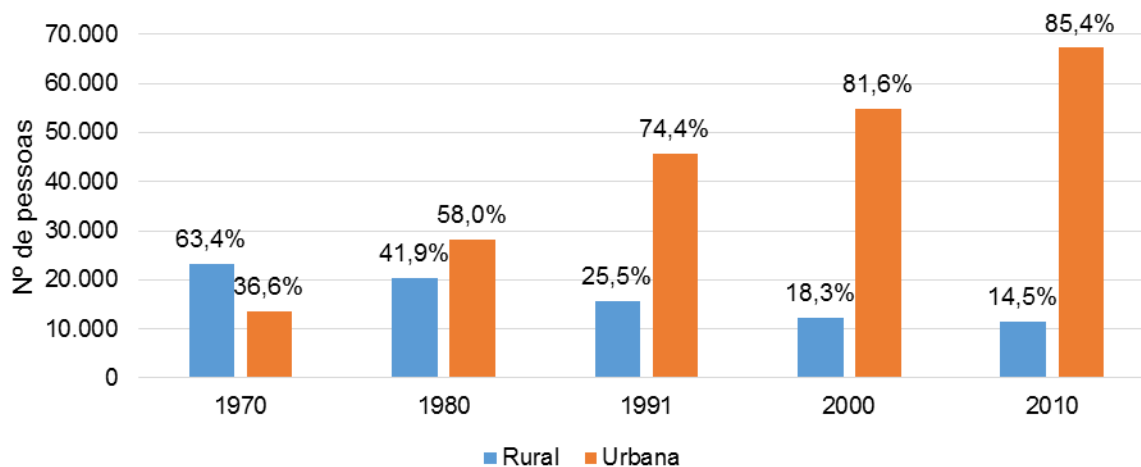
Tipo de agricultura	VBP R\$/mil	%
Familiar	985.650	63,8
Não familiar	558.513	36,1
Total	154.416.3	100

Fonte: Organizado a partir da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

No município de Francisco Beltrão os dados não seguem a mesma tendência da região, estando mais parecidos com os dados gerais do estado a que pertence. Fato que se deu principalmente por ter se tornado um polo regional de desenvolvimento, com serviços e indústrias que se concentraram neste que foi um dos poucos municípios que não perdeu população, pelo contrário, recebeu população de outros municípios circundantes. São pessoas e famílias que migraram em busca de emprego e acesso a serviços nas mais diversas áreas.

O expressivo aumento da população total do município pode ser observado no Gráfico 2, Francisco Beltrão passou de 36.807 habitantes em 1970 para 78.943 em 2010, ou seja, mais que dobrou a população em 40 anos, enquanto a maioria dos demais municípios da mesorregião sudoeste perderam população total (IBGE/SIDRA, 2012). No Gráfico 2, também é possível observar a inversão da população rural e urbana entre os anos 1970 e 1980 neste município, passando a população urbana ser a maioria e chegando no Censo Demográfico de 2010 com 85,4% da população total residente na área urbana, com níveis de urbanização mais elevados que o próprio estado do Paraná e a federação.

Gráfico 2 - Inversão demográfica quanto a condição de domicílio e aumento da população urbana no município de Francisco Beltrão



Fonte: Organizado a partir dos Censos Demográficos do IBGE (IBGE/SIDRA, 2012).

Entretanto, a história do município de Francisco Beltrão se confunde com a história da Região Sudoeste, pois este município foi um dos principais palcos da Revolta dos Posseiros, além de possuir boa parte das áreas que foram administradas pelas CANGO, instituição que inclusive acabou dando nome a um dos bairros mais antigos do município. O povoado antes denominado de Vila Marrecas foi emancipado como município em 14 de dezembro de 1952, estando localizado a 474,41 km da capital do estado do Paraná (IPARDES, 2018).

A população estimada do município chegou a 88.465 habitantes em agosto de 2017 (IBGE, 2017), demonstrando continuidade no crescimento populacional já registrado nas décadas anteriores, podendo também aumentar a diferença quanto à condição de domicílio, conforme apontado pelo IBGE em 2010, quando a taxa de crescimento urbano foi 2,09% e rural -0,68%. Além dos dados demográficos, essa tendência também pode ser analisada pela estrutura fundiária da região, portanto podendo se aproximar do que os clássicos chamavam de “diferenciação”.

Corroborando com isto, Silva (2011) ao analisar a estrutura fundiária do Sudoeste do Paraná a partir dos anos 1970 até 2006, classificou os estabelecimentos sobre três extratos: pequenos abaixo de 50 ha; médios entre 50 e menos de 200 ha, e; grandes acima de 200 ha. Nos dados acumulados do período, constatou redução do número de estabelecimentos e da área total principalmente do

extrato dos pequenos, já os outros extratos obtiveram ganhos de área total e número de estabelecimentos.

Porém como destacado, mesmo diante destas transformações da agricultura a região ainda é caracterizada pela predominância da agricultura familiar no espaço agrário. Em Francisco Beltrão não é diferente, conforme Tabela 3, o número de estabelecimentos considerados da agricultura familiar é a maioria, bem como detinham a maior parte da área fundiária total em 2006. Neste município, a agricultura familiar correspondia por mais de 88% do número de estabelecimentos agropecuários e detinham mais de 69% da área fundiária (IBGE, 2012).

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários e área total dos tipos de agricultura no município de Francisco Beltrão/PR – 2006

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	2.805	88,2	37.481	69,2
Não familiar	373	11,7	16.652	30,7
Total	3.178	100	54.132	100

Fonte: Organizado a partir da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Diante disso é possível afirmar que a tendência a “diferenciação social” na agricultura do Sudoeste Paranaense e do município de Francisco Beltrão, continua ocorrendo ao mesmo tempo em que a “capacidade de metamorfose” da agricultura familiar permite esta a continuar sendo representativa. No entanto, alterações na demografia e na estrutura fundiária são apenas alguns dos aspectos movidos com a modernização da agricultura. Santos (2008) também demonstra que a intensificação da mecanização agrícola da região e o uso de crédito com alteração da base técnica da produção, vêm aumentando a produção total da agropecuária, focando principalmente em *commodities* como a soja.

Para tanto, se é difícil definir a agricultura familiar como categoria social, torna-se mais complexo ainda a definição de tendências futuras para este tipo de agricultura. Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar tal como tem sido caracterizada no Brasil, já foi vista como pequena e acometida pela pobreza. Porém, ao entrar no âmbito de suas singularidades, desigualdades ou mesmo no debate da bipolaridade conforme demonstrado na primeira sessão, esta tem apresentado

significativos resultados econômicos, ao mesmo tempo em que continua correndo riscos.

Se na Região Sudoeste Paranaense a agricultura familiar apresentou resultados com produção superior a outras formas, em Francisco Beltrão não foi diferente. Na Tabela 4, é possível notar que mais de 60% do valor bruto total da produção agropecuária gerada no município, provém da agricultura familiar, aproximando-se na Região de um trilhão de reais e no município acima de oitenta e cinco milhões de reais. Ou seja, além de representar em 2006 a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar também respondia pela maior parte do valor bruto da produção agropecuária total no município e na região.

Tabela 4 - Participação da agricultura familiar e não familiar sobre o Valor Bruto da Produção agropecuária na mesorregião e município - 2006

Local	Tipo de agricultura	VBP/R\$ Mil	%
Sudoeste Paraná	Familiar	985.650	63,8
	Não familiar	558.513	36,1
	Total	154.416.3	100
Francisco Beltrão	Familiar	85.485	65,2
	Não familiar	45.615	34,7
	Total	131.101	100

Fonte: Organizado a partir da 2ª apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE/SIDRA, 2012).

Logo, como a modernização da agricultura ainda não levou a agricultura familiar à “ruína” como apontavam os marxistas, nem mesmo suas práticas sociais podem ser dadas por acabadas. Mesmo que à modernização tenha adentrado todas as regiões do país, a organização e a capacidade de “agência” da agricultura familiar nos termos Giddens (1984), tem revelado sua potencialidade política. Conforme Duarte (apud Rech, 2011), o Sudoeste do Paraná tem grande força organizativa dos agricultores, que contam com sindicatos, cooperativas, movimentos populares e varias outras organizações que atuam em favor da agricultura familiar.

Neste conjunto de organizações, Rech (2011) destaca o trabalho realizado pela Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR, a qual fazia frente ao debate da agroecologia e que incentivava formas associativas e cooperativas como alternativas para o fortalecimento da agricultura

familiar. O debate crítico em busca de alternativas para os agricultores frente à Revolução Verde fortaleceu a criação de experiências como as *feiras livres* como alternativa de comercialização da produção dos agricultores da região (RECH, 2011).

Entretanto, como podemos perceber certamente as *feiras livres* da Região não estiveram isentas da modernização, principalmente da agricultura. Portanto, tendo a Feira do Produtor como objeto de estudo, torna-se importante analisar suas origens e características organizativas em face destas mudanças ocorridas no espaço agrário e na sociedade regional.

4.2 ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZATIVOS FEIRA DO PRODUTOR

Logo nas primeiras entrevistas e ao apresentar os documentos da pesquisa, uma ressalva foi levantada pelos entrevistados: “A nossa feira não é feira livre igual essas outras que tem por aí, aqui somos todos produtores (...)”, afirmaram AF2 e AF5. Estas não foram às únicas vezes que necessitaram de explicação para a palavra “feiras livres” presente no termo de consentimento, o que pode ser entendido como um erro de elaboração do documento, o que também permitiria abertura para discutir a noção de “liberdade” da feira, mas que neste caso foi tomada como um marco na trajetória da própria Feira do Produtor.

Ao se dirigirem para termo “feira livre” negando que este os representaria, os agricultores feirantes fazem menção à existência de regras e acordos estabelecidos entre os atores deste espaço. Por isso, não se pode reduzir a discussão apenas a condição de maior ou menor liberdade, considerando-se ser o ponto de partida para descrever a trajetória desta experiência. A existência de normas institucionalizadas na sociedade local via lei municipal, associação jurídica e regimento interno, considera-se inicialmente um marco na história da feira, que interfere até mesmo nas relações estabelecidas no espaço.

O estatuto indica que a Associação dos Feirantes de Francisco Beltrão – AFEBEL foi fundada em 06 de abril de 1990. No entanto, a prefeitura municipal já havia publicado a Lei Municipal nº 688/78 no fim da década de 1970 buscando

regulamentar a feira, porém esta foi revogada um ano antes da criação da AFEBEL, passando a Lei Municipal nº 1586/89 a regulamentar a feira no município.

Rech (2011) demonstrou que a discussão das feiras na Região Sudoeste teve início ainda na década de 1970, frente à busca por alternativas de comercialização diante dos impactos da modernização da agricultura. Nas entrevistas, também se constatou que 17,4% dos agricultores feirantes entrevistados têm mais de trinta anos de participação na feira, além de outros 13,0% que declararam ser sucessão de familiares que eram feirantes. Diante disto, mesmo que sem precisão, é possível afirmar que a Feira do Produtor de Francisco Beltrão tem mais de quarenta anos de existência.

O tempo de existência da feira, pode inclusive ultrapassar a própria emancipação do município, tendo em vista que a prática de feira é uma das formas de comercialização mais antigas da sociedade, conforme apontam Anjos et al (2005). Entretanto, diante destas constatações a trajetória da Feira do Produtor de Francisco Beltrão pode ser dividida em dois períodos: um antes da regulamentação, marcado pela iniciativa dos agricultores frente às mudanças no contexto social, e; outros depois da criação de instrumentos regulatórios, marcado também por avanços organizativos que favorecem melhorias à feira e seus atores.

O primeiro período remonta os anos de intensificação da modernização agrária da Região, quando a agricultura passou por mudanças tanto do ponto de vista técnico, quanto estrutural, gerando alterações na configuração da agricultura (SILVA, 2011; SANTOS, 2008; PERONDI, 2007). Estas mudanças podem ser percebidas nas falas dos feirantes, principalmente quando questionados sobre suas motivações iniciais para participar da feira, caso do AF2 que diz: “A agricultura estava em decadência, os produtos não tinham valor e eu via aquelas famílias inteiras, meus vizinhos abandonado a agricultura (...)” (Entrevista AF2).

O aumento da produção agrícola, sobretudo de *commodities* demandadas pelas indústrias de transformação, fez com que os preços caíssem ao mesmo tempo em que a demanda por insumos aumentava (SANTOS, 2008). Desta forma os agricultores pouco estruturados, com pouca área disponível e sem recursos para investir, não conseguiam manter-se apenas com a comercialização de produtos tidos como convencionais (milho, feijão, soja, outros). O entrevistado AF13,

resume esse contexto dizendo que: “(...) o produto não dava nada, nós buscava outra atividade, precisa ir à venda do que dava mais lucro” (Entrevista AF13).

Vejamos que os agricultores perceberem que estavam inseridos nas mudanças que vinham ocorrendo, queiram ou não, também foram sendo envolvidos ao processo de modernização. Portanto estavam inseridos em um verdadeiro *campo social* como afirma Long (2007), necessitando que estes atores entrassem em ação, não aceitando pacificamente o que lhes era colocado como única saída, o abandono da agricultura.

As motivações dos agricultores feirantes para ingressar na feira, revelam os impactos da modernização em suas vidas, bem como o porquê iniciaram a construção da feira. No Gráfico 3, por número de citações, são apresentadas quais foram estas motivações, aparecendo a questão da renda em primeiro lugar, seguida de outras questões como a aposta em atividades alternativas, busca pela manutenção da propriedade e a possibilidade de acesso ao mercado, como os principais argumentos dos agricultores feirantes.

Gráfico 3 – Principais motivações citadas pelos agricultores para ingressar na feira



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

Evidente que estes argumentos não dizem respeito apenas ao período antes da institucionalização da Feira do Produtor, principalmente tendo vista que a maior parte dos feirantes afirma que ter menos de trinta anos de participação na

feira. Por outro lado, também pode revelar a continuidade da busca por formas de enfrentar a modernização da agricultura no período contemporâneo. Portanto revelando que o acesso a mercados diferenciados com geração de renda, passou a ser uma questão importante para reprodução destes atores na agricultura como demonstram Abramovay (2004) e Schneider (2016).

Do ponto de vista organizativo, os feirantes entrevistados relatam que antes de participar da feira tal como é agora comercializavam seus produtos nas ruas, como relata AF 14 ressaltado que as condições também melhoram: “A condição de venda é melhor do que antes quando nós vendia na rua” (Entrevista AF 14). Ou seja, antes da regulamentação estes agricultores vinham atuando em *arenas* (LONG, 2007) onde podiam contar apenas com consumidores dispostos a adquirirem seus produtos, não recebendo qualquer tipo de ajuda. Essas relações entre feirantes e consumidores eram estabelecidas de forma *recíproca* (POLANYI, 2000) sem interferências exteriores, uma característica que ainda permanece, mas sobre um novo conjunto de atores.

A reação dos agricultores ocorreu mesmo que com poucas estruturas disponíveis, os relatos dão conta que esta foi uma das principais dificuldades dos feirantes. Em muitos casos, não tinham nem meios de transporte particular para transportar a produção, dependendo de terceiros ou do transporte coletivo, o qual por vezes se negava em servir para esta finalidade. Da mesma forma que as vendas eram realizadas em pontos individualizados, sem qualquer forma coletiva de organização do espaço, com barracas ou bancas padronizadas, muitos nem se encontravam no mesmo local para realizar as vendas, havendo aproximações na maioria das vezes somente entre familiares.

Diante da demanda dos agricultores e frente às condições consideradas precárias para venda de alimentos, novos atores entraram em ação. O poder público municipal com apoio da Emater, atual Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, que prestava acompanhamento técnico aos agricultores, entraram na discussão favorecendo avanços em torno da organização dos agricultores feirantes. Logo, surgiram novos desafios a estes agricultores, pois como demonstra Long (2007), são atores com *domínios* diferentes colocados na *arena* da feira, o que poderia gerar disputadas de poder, no entanto esta entrada dos agentes públicos na discussão marca o início do segundo período da história da feira.

Aparentemente, mesmo que algumas situações como a questão sanitária parecem ter gerado desconforto, a entrada dos novos atores contribuiu com o fortalecimento da feira. A própria adoção do termo “Feira do Produtor” a partir do envolvimento dos atores públicos marca a regulamentação desta forma de comercialização, sendo adotado o novo termo pelos próprios agricultores como forma de se fortalecer.

Entretanto, o uso da nomenclatura “Feira do Produtor” ao invés de “Feira Livre”, não altera as demandas dos agricultores, mesmo que isto permita gerar novas análises, a nomenclatura não pode ser vista como uma questão central, mas sim uma marca das mudanças que ocorreram na sequência. Inclusive alguns feirantes chegam a se referir ao termo demonstrando certo “orgulho”, tendo vista as conquistas que tiveram posteriormente em função dos acordos estabelecidos como os atores públicos e os avanços organizativos.

Os dispositivos da Lei Municipal nº1586/89 que cria a Feira do Produtor, em termos gerais tem caráter de regulação da feira, tratando desde a forma de escolha do local, horários de realização, bem como da fiscalização, das obrigações dos feirantes, preços, responsabilidades da prefeitura e outros aspectos como licenças e penalidades a serem aplicadas aos feirantes. A secretaria da agricultura tem maior responsabilidade sobre a aplicação da lei com acompanhamento da feira, sendo também distribuídas funções relacionadas a questões sanitárias para a secretaria da saúde (Francisco Beltrão Lei Municipal nº1586/89).

Portanto, trata-se de um marco legal importante para o segundo período da história da Feira do Produtor, quando os agricultores puderam contar com apoio de agentes públicos em seu favor. Criando, uma organização em formato de associação para representar os agricultores e principalmente garantindo que o poder público local também assumisse responsabilidades.

A referida Lei municipal atribui poderes e responsabilidades diretamente à AFEBEL, que possui estatuto e regimento interno com dispositivos semelhantes ao que está previsto na Lei, não se opondo em qualquer aspecto. No entanto o amplo poder decisório e executivo passa por uma instância integradora, o chamado “comitê gestor”, composto por representantes da prefeitura, da Emater e da AFEBEL, conforme pode ser observado na Figura 2. Representando a ampla

organização que possibilitou a estruturação da feira tal como encontrada atualmente.

Figura 2 - Composição do comitê gestor da Feira do Produtor com principais atores



Fonte: Regimento interno de funcionamento da Feira do Produtor.

Este comitê tem por responsabilidade realizar a gestão da Feira do Produtor tanto em aspectos operacionais como políticos, interferindo e deliberando em assuntos como: a inserção de novos feirantes; alterações do regimento; advertências, suspensões e exclusões de feirantes; orientações sobre cumprimento das normas, e; outras alterações no âmbito do funcionamento da feira (Regimento Interno da Feira do Produtor, 2009). Para fins de registro dos problemas, o instrumento utilizado seria o “livro de ocorrências”, o qual ficava de posse dos representantes de cada instituição no comitê, para posteriores encaminhamentos.

No comitê gestor é que ocorrem as chamadas *contendas* demonstradas por Long (2007) dentro da arena da feira. Trata-se do espaço de encontro das representações para debater assuntos diversos relacionados aos atores, estabelecendo acordos e responsabilidades destes para com a Feira do Produtor.

Entretanto, nos últimos anos o comitê gestor parece estar com sua atuação reduzida, reunindo-se apenas quando há demandas latentes segundo relato dos feirantes. Nas entrevistas, nenhum dos feirantes fez referência ao “livro de ocorrências”, parecendo este ser um instrumento não mais necessário à organização, ao contrário de outros instrumentos como a “tabela de preços” prevista nos documentos e que não tem sido utilizada, mas ainda parece ser importante aos

atores da feira, tendo vista que segundo os entrevistados a questão dos preços ainda é um dos principais motivos de conflito.

Em suma, a regulamentação da feira com a criação de instrumentos jurídicos permitiu resolver principalmente problemas estruturais, mas despertou outros desafios nas relações entre os atores. As melhorias estruturais e organizativas são destacadas com reconhecimento pelos agricultores feirantes, principalmente quanto ao ambiente da feira. O AF1 desta que: “(...) a prefeitura até cedia às barracas em terrenos baldios, mas ainda não tinha associação (...)” (Entrevista AF1), atualmente a feira é realizada semanalmente, todos os sábados no período da manhã e todas as quantas feiras durante o dia todo na Praça Eduardo Virmond Suplicy localizada na região central do município, o que é considerada também uma conquista.

Tido assim principalmente pelos agricultores feirantes, pois até a feira se estabelecer neste local, segundo os entrevistados, tiveram que mudar de lugar por várias vezes. “Iniciou na cidade norte, no meio do mato (...)” relata AF2 (Entrevista AF2), outros se lembram de ter iniciado em outros locais, a exemplo de AF5 ao listar vários locais dizendo: “começamos na frente do Banco do Brasil, depois lá perto da rodoviária, daí na frente do Novo Hamburgo (...), atrás do Pedro Grando, depois aqui na praça” (Entrevista AF5).

Foram muitos os lugares que a feira passou, ficando difícil estabelecer uma ordem representativa, o que demanda contato com feirantes mais antigos já sucedidos. Cada feirante, em função do tempo que está na feira, passou por lugares diferentes, muitos fazem referência a locais, estabelecimentos comerciais, pessoas e outros pontos de referência que talvez não existam mais neste espaço urbano. No entanto, destaca-se a mudança de aparência da Feira do Produtor, antes realizada em barracas individualizadas e agora em cobertura coletiva, conforme Figura 3.

Figura 3 - Estruturas das bancas da Feira do Produtor na praça central de Francisco Beltrão antes e após nova concessão de cobertura



Fonte: Imagem da esquerda foi publicada pela Unioeste em 03/03/16 e imagem da direita foi publicada pelo Jornal de Beltrão em 15/12/16.

As duas imagens da Figura 3 representam apenas a história recente da Feira do Produtor, sobretudo somente após sua instalação na praça central. A nova cobertura foi construída com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e contrapartida da prefeitura municipal, totalizando R\$ 550.000,00 em investimento na estrutura de aproximadamente 700m² (Gov. Mun. F.B, 2016). Esta tem sido administrada pela prefeitura, sendo concedida aos feirantes para que possam instalar suas vinte e quatro bancas, adquiridas com recursos próprios segundo os entrevistados.

Os feirantes continuam atuando de forma individual em suas bancas, apenas três bancas contam com mais de um feirante no mesmo espaço, mas destas somente uma tem dinâmica diferenciada como “caixa coletivo”. Esta banca conta com produção de maior número de agricultores, porém nem todos permanecem no local, sendo realizado o controle das vendas por pessoa escolhida no grupo. Assim além de compartilharem o espaço, contam também com organização coletiva para realizar a gestão e controle do caixa. No entanto, ainda é uma experiência recente para a Feira do Produtor, predominando as formas individualizadas de comercialização mesmo que sobre estrutura coletiva.

A AFEBEL possibilita manter algumas atividades coletivas na Feira do Produtor, não sendo limitada apenas a organização política representativa dos feirantes. A associação mantém serviços operacionais comuns ao grupo, principalmente de montagem, desmontagem e armazenamento das bancas, com

contratação de serviços terceirizados. Os associados feirantes contribuem com taxa mensal, para contratar a empresa que presta esse serviço, parecendo ser uma das poucas atividades realizadas conjuntamente pelos feirantes pelo que foi observado.

Entretanto, do ponto de vista histórico e organizativo, a trajetória da Feira do Produtor de Francisco Beltrão é marcada pela ação e demanda dos agricultores diante dos avanços da modernização do espaço agrário. Estes inicialmente tiveram sua *agencia* (GIDDENS, 1984) acionada diante da necessidade de criar formas alternativas que valorizassem seus produtos e permitissem a comercialização, na busca pela sua manutenção na agricultura.

Com o passar do tempo, essa forma de comercialização foi sendo institucionalizada na sociedade local, contando com a participação de novos atores, que contribuíram com a organização e melhoria das estruturas. Ao mesmo tempo novos desafios surgiram, não deixando os agricultores feirantes de serem protagonistas, portanto, sendo fundamental compreender quem são estes agricultores para posteriormente identificar que tipos de relações estão presentes nesta experiência.

4.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS FEIRANTES

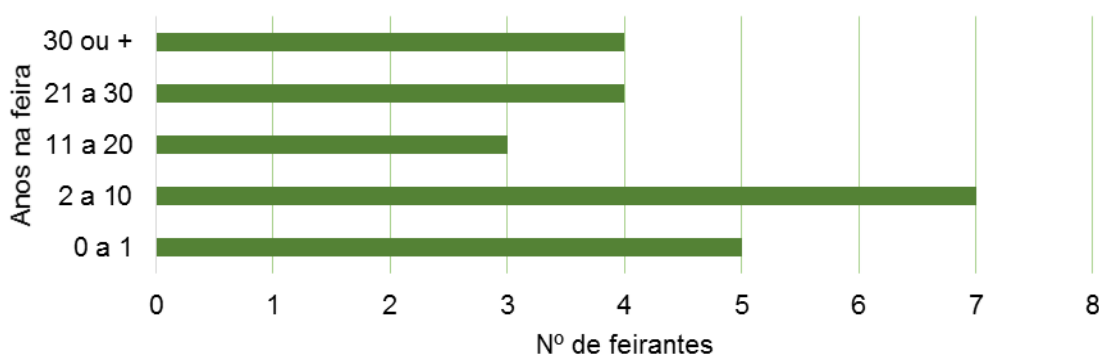
Atualmente a Feira do Produtor de Francisco Beltrão conta com vinte cinco feirantes no total segundo cadastro da prefeitura, no entanto se constatou a presença de trinta e três. A explicação para a diferença, provavelmente esteja na falta de atualização do cadastro e na forma como foram consideradas as bancas com presença de mais do que um feirante, tendo vista que algumas bancas são compartilhadas aparecendo o nome de apenas uma das pessoas da banca.

Conforme descrito na metodologia, para as entrevistas foram considerados apenas os feirantes agricultores, que correspondem a vinte e três feirantes distribuídos em dezenove das vinte e quatro bancas. Isso não quer dizer que os demais foram totalmente desconsiderados, pelo contrário, estes têm papel fundamental na feira segundo os próprios agricultores. São bancas ocupadas por feirantes produtores de alimentos e bebidas para consumo no espaço da feira (lanches e sucos), os quais são vistos pelos agricultores como atrativos de visitantes

para a feira, que conseqüentemente também adquirem outros produtos (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Esta capacidade de percepção dos agricultores em notar que outros tipos de feirantes podem ser estratégicos e não concorrentes, revela suas habilidades como atores ativos, capazes de responder as demandas da sociedade (PLOEG, 2008; ABRAMOVAY 1992). Trata-se de estratégias construídas ao longo do tempo em que estes são feirantes, um fator importante de suas características como revela o Gráfico 4, sendo possível perceber a quanto os agricultores entrevistados estão na feira. A maioria, sete, faz entre dois e dez anos que estão participando, no entanto, quatro tem trinta ou mais anos de participação na feira (GRÁFICO 4).

Gráfico 4 - Tempo de participação dos entrevistados na Feira do Produtor



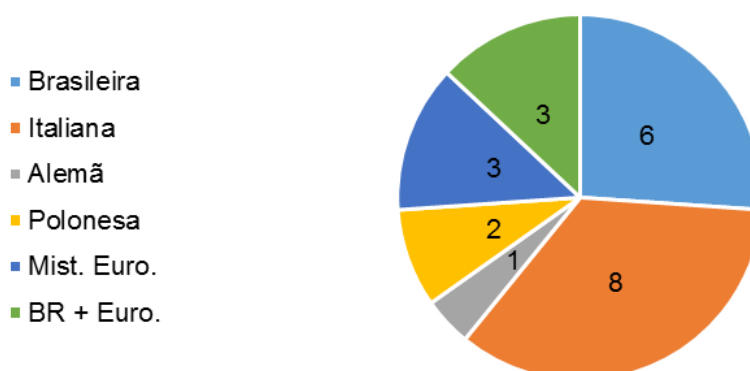
Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

Logo, se a Feira do Produtor tem uma trajetória com mais de 40 anos, realmente fica difícil construir uma linha do tempo apenas com os atuais feirantes. Constatação que pode ser considerada uma fragilidade da pesquisa de campo, mas que também permite abrir espaço para novos trabalhos de pesquisa. Entretanto, isso não limita a caracterização de quem são esses agricultores feirantes tidos como protagonistas históricos desta experiência e que certamente aspectos de seus antecessores.

As origens étnicas dos agricultores feirantes mantêm traços da população que migrou para Região Sudoeste a partir dos anos 1940 (SANTOS, 2008), predominando etnias de origem europeia vindas do sul do país. Conforme Gráfico 5, os feirantes de descendência italiana são maioria, correspondendo por 34,7% dos

entrevistados, seguidos dos brasileiros³ com 26,0%. Se agregados os dados, os feirantes que possuem somente origem europeia, desconsiderados os que possuem duas etnias, permanecem a maioria, sendo 60,8% dos entrevistados.

Gráfico 5 - Origem étnica dos agricultores feirantes

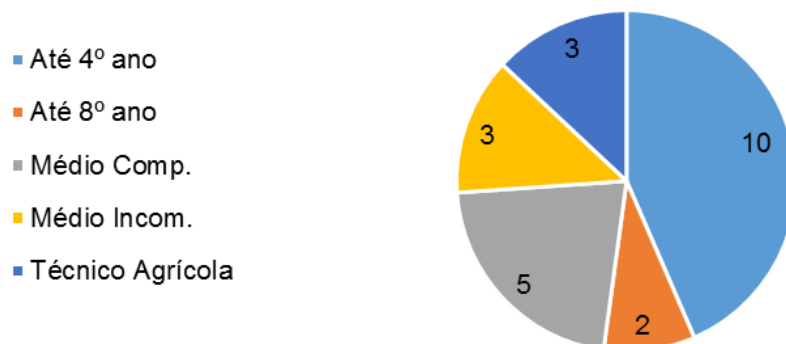


Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

Quanto ao grau de instrução dos agricultores feirantes, a maioria possui pouca formação escolar. No Gráfico 6, pode-se observar que 43,4% dos entrevistados tem somente até o 4º ano de educação formal e apenas 13,0% tem formação técnica na área que atuam. No entanto, muitos feirantes declararam ter filhos com formação superior, muitos relacionados à área das ciências agrárias, como veterinários, agrônomos, engenheiros florestais e outros (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Em alguns casos, a formação dos filhos é atribuída a conquistas geradas após a participação na feira, como é o caso do AF20 que declarou ter garantido os estudos dos filhos a partir da renda gerada na feira (Entrevista AF20).

³ Os que se identificam como brasileiros possuem características de povos indígenas e caboclos que habitavam a região antes da colonização oficial conforme demonstra Zatta (2016).

Gráfico 6 - Formação escolar dos feirantes entrevistados

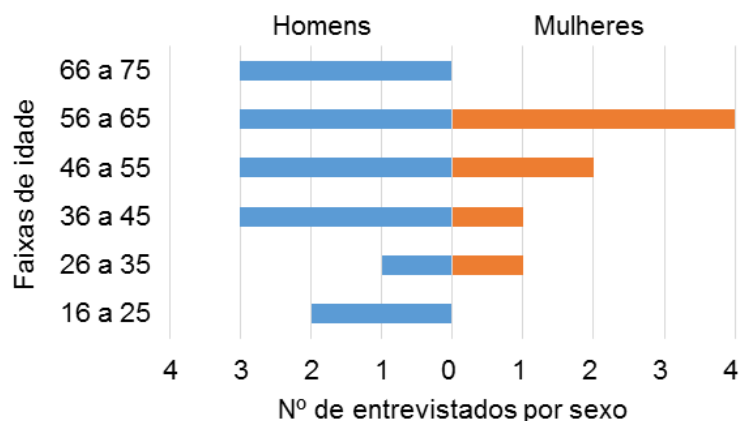


Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

A maioria dos feirantes possui somente o ensino fundamental (GRÁFICO 6), esta condição de menor escolaridade pode estar relacionada à idade dos agricultores. Muitos provavelmente não tiveram acesso à escola na fase da adolescência, sem contar que viveram em épocas em que se falava que “(...) agricultor não precisava estudar, era só trabalhar (...)” (Entrevista AF15). A maior parte, de forma coincidente com a quantidade que possui até o 4º ano, sendo 43,4% dos feirantes entrevistados, está com idade acima dos 56 anos, sendo ainda que o grupo conta com apenas dois jovens abaixo dos 25 anos (GRÁFICO 7).

Conforme Gráfico 7, a maioria dos entrevistados que se apresentaram como responsáveis pela banca pertencem ao sexo masculino, mas a presença nas bancas na maioria dos casos é composta por casais de agricultores ou pessoas de ambos os sexos, chamando a atenção esta presença familiar nas atividades da feira.

Gráfico 7 - Faixas etárias dos feirantes entrevistados

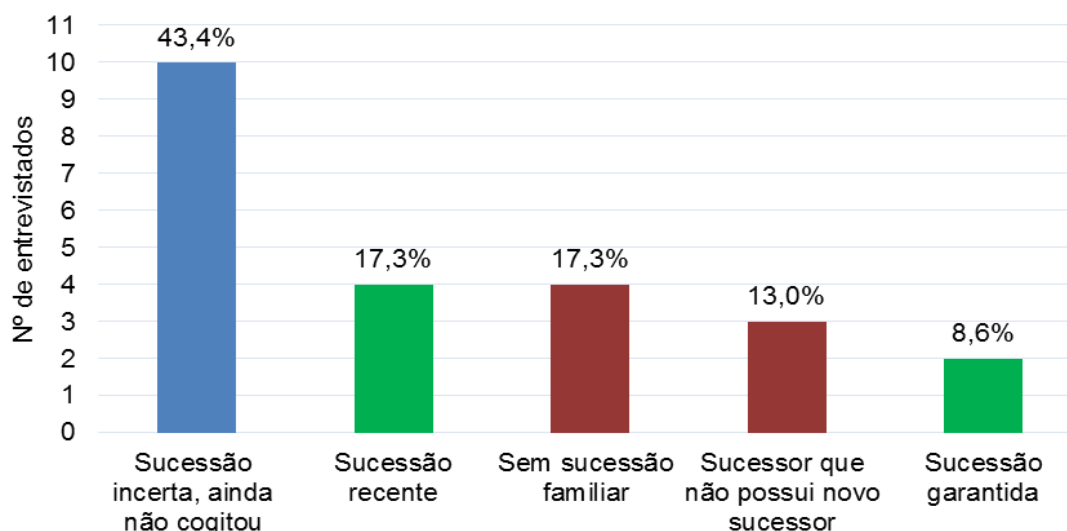


Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

A presença da família dos agricultores na feira é uma característica que identifica os feirantes como pertencentes à categoria de agricultores de base familiar como aponta Abramovay (1992) e Schneider (2016). Portanto, as relações domiciliares vistas na produção, também são estendidas para a feira como mercado acessado pelos agricultores (POLANYI, 2000), tornando-se interessante observar a questão da sucessão destes agricultores feirantes.

No Gráfico 8, é possível notar que 43,4 % dos agricultores feirantes não sabem ao certo se terão um sucessor da família para continuar na feira, outros 17,3% declaram que não possuem familiares dispostos para fazer a sucessão, já 8,6% garantem que possuem sucessores para a feira. Quanto aos demais, 17,3% assumiram recentemente as bancas que ocupam e outros 13% já são sucessores de familiares, mas afirmam que não terão novamente familiares para os substituírem na feira futuramente (GRÁFICO 8) .

Gráfico 8 - Condição de sucessão familiar dos agricultores feirantes



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

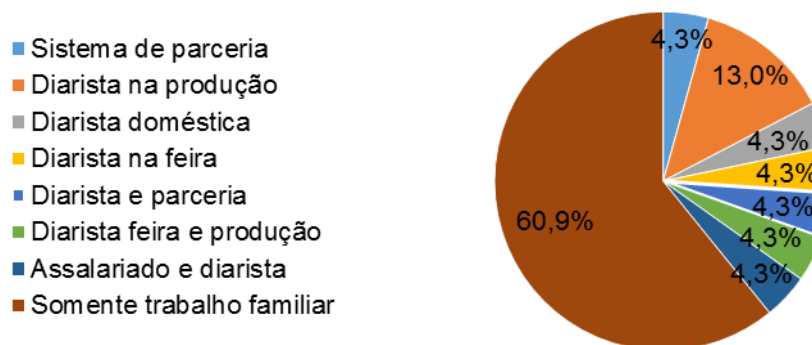
Mesmo com o cenário imprevisível para a maioria dos entrevistados, no caso da Feira do Produtor de Francisco Beltrão a sucessão não tem sido um limite para a continuidade da feira, principalmente se sairmos do âmbito familiar. Isto não apenas porque vêm ocorrendo sucessão em mais de 17% dos feirantes ou porque outros 8,6% estão com a sucessão garantida (GRÁFICO 8), mas principalmente porque segundo os entrevistados outros agricultores querem fazer parte da Feira do Produtor em função de sua localização.

“As bancas nunca ficam vazias, sempre tem gente querendo entrar (...)” (Entrevista AF8). A maioria dos agricultores que estão a menos de um ano na Feira do Produtor, veio de outras feiras localizadas nos bairros do município, acreditando que em função da localização as vendas sejam melhores (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Portanto, estes são aspectos que confirmam que a sucessão não será problema um problema tão logo para esta feira, mesmo que a agricultura familiar venha enfrentando esse problema como bem demonstrado por Kischener (2015) ao analisar duas comunidades da região.

Se a sucessão tem sido problema apenas âmbito familiar e os feirantes apresentam características da agricultura familiar, torna-se interessante analisar as formas de trabalho presentes nas atividades destes agricultores feirantes. As relações de trabalho familiar e não familiar, estão presentes tanto na produção quanto no próprio espaço da feira. O Gráfico 9 revela que 60,9% dos feirantes utiliza

mão de obra exclusivamente familiar, tanto na produção quanto na realização da feira, porém outros 39,1% fazem uso de trabalho não familiar de diversas formas.

Gráfico 9 - Relações e tipo de trabalho utilizado pelos agricultores feirantes



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

Para Abramovay (1992), a agricultura familiar nem sempre deixa de ter sua base organizativa fora das relações familiares ao utilizar ou vender trabalho externo à unidade de produção familiar. No entanto, o ponto de ruptura entre uma unidade da unidade doméstica, pode ocorrer diante da intensidade que estas relações externas ocorrem, conforme apontam os marxistas. Porém, segundo Abramovay (1992) Chayanov possibilito essa abertura para entender que nem sempre pode ser caracterizada como capitalistas, os tipos de agricultura que fazem uso de pequenas porções de trabalho alheio à família.

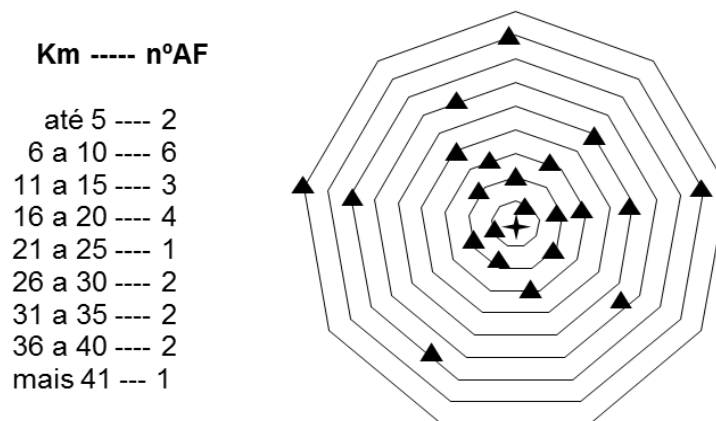
Portanto, ainda no Gráfico 9, estão presentes as principais formas de contrato de trabalho estabelecidas pelos agricultores feirantes que utilizam mão de obra externa. A maior parte dos que utilizam trabalho não apenas familiar, contratam trabalhadores temporários na forma de diaristas, principalmente para realizar a produção, mas também para atividades na feira e outras de caráter doméstico, apenas 4,3% dos agricultores feirantes utiliza trabalho assalariado, porém o número de pessoas contratadas desta forma é ínfimo correspondendo à apenas um contrato (GRÁFICO 9).

Entretanto, as relações de contrato de trabalho pelos feirantes parecem ocorrer mais de forma recíproca do que formal. Os trabalhadores tidos como diaristas na feira, tomam a atividade como fonte de renda complementar,

normalmente sendo jovens e familiares de segundo grau dos próprios feirantes, os quais buscam uma atividade que gere renda extra sem formalidade. Outros que possuem sistema de parceria, por exemplo, tem seus ganhos calculados com base em parte percentual da produção gerada e comercializada na feira (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Além deste aspecto, analisar a estrutura produtiva dos agricultores feirantes também possibilita caracteriza-los. Estes partem de diferentes comunidades do município de Francisco Beltrão, percorrendo distâncias variadas. Conforme representado na Figura 4, seis feirantes percorrem entre 6 a 10 km para chegar até a feira, contendo um que reside a mais de 41 km da feira e os dois mais próximos percorrem no máximo 5 km. Das comunidades citadas como endereço dos feirantes, três contam com três ou mais feirantes residentes, o que permite constatar a influência exercida entre vizinhos para participação na feira (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Figura 4 - Distância entre as unidades de produção e a Feira do Produtor



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

No entanto, a distância não tem sido relatado como um problema relevante para os feirantes, sendo mais comum ouvir queixas das condições das estradas do que propriamente da distância, mesmo que isso também implique em custos. Isso se explica pelo fato de que todos os feirantes possuem veículo utilitário particular para transporte dos produtos, inclusive 17,3% possuem mais que um

veículo, não sendo mais uma das maiores dificuldades como tinham no início da feira 13,0% dos entrevistados (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Quanto a seus estabelecimentos agropecuários onde é realizada a produção, os agricultores feirantes normalmente apresentam pequena área fundiária disponível, mais uma característica muito presente na agricultura familiar, que inclusive está previsto nos mecanismos oficiais de classificação do Estado brasileiro, porém reconhecendo que existem especificidades conforme apontado por Aquino et al (2018).

Ao agregar os dados da Tabela 5, pode-se dizer que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários dos agricultores feirantes possui área menor que trinta hectares, podendo ser classificados apenas dois com área superior. A grande maioria dos feirantes, 43,4%, possui área de até 10 ha, seguidos de outros 30,4% com área entre 11 e 20 ha e outros 17,3% com área entre 21 e 30 ha (TABELA 5). Mesmo os demais extratos que somados correspondem a 8,6%, não ultrapassam os quatro módulos fiscais utilizados na classificação oficial.

Tabela 5 - Número de agricultores feirantes por faixa de área (ha)

Faixas área (ha)	Nº AF	%
0 a 10	10	43,4
11 a 20	7	30,4
21 a 30	4	17,3
31 a 40	1	4,3
41 a 50	0	0,0
51 a 60	1	4,3
Total	23	100,0

Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

A maior parte dos entrevistados declarou ser proprietário das terras que utiliza na produção, correspondendo a 73,9% dos agricultores feirantes. Os demais distribuídos nas mesmas proporções declararam serem 8,7% comodatários, 8,7% arrendatários e outros 8,7% dizem possuir terras sobre duas formas, como proprietários de parte e arrendatários do restante (Entrevistas com Agricultores Feirantes). No mesmo sentido quanto à origem da terra, os que declaram serem proprietários afirmam terem adquirido as terras a preços de mercado, sendo estes 47,8% dos feirantes entrevistados, outros 17,3% obtiveram as terras a partir de

herança, 8,6% dizem ter recebido parte de herança e parte comprou, sendo que nenhum declarou ter conquistado a posse da terra em processos de reforma agrária, apenas outros 8,6% afirmam ter comprado com subsídio governamental a partir de programa municipal (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Assim, estes estabelecimentos são utilizados para produzir a grande diversidade de produtos comercializados pelos entrevistados. Em geral, são produzidos de forma convencional⁴, sendo que apenas 17,3% dos agricultores feirantes possuem certificação de produção orgânica⁵, outros 34,7% afirmaram que realizam a produção sem uso de insumos químicos, mas não querem a certificação por acreditar ser desnecessária ou de difícil acesso (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

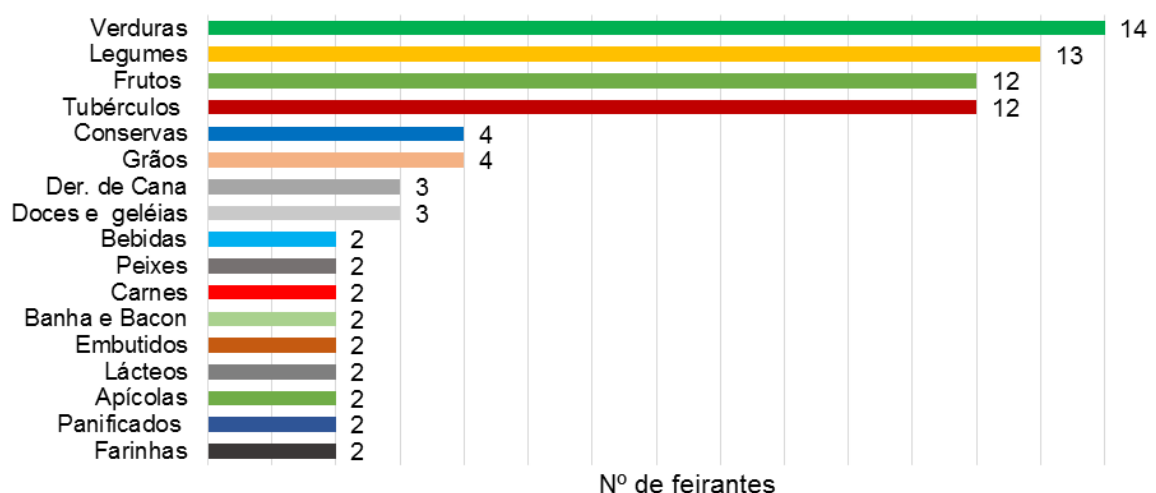
Mediante as formas de produção e a diversidade apresentada, foram identificados e agrupados em gêneros aproximados, mais de dezessete tipos de produtos sem contar suas variações (GRÁFICO 10), a exemplo das verduras que possuem centenas de espécies ou mesmo embutidos feitos a partir de receitas e temperos que possibilitam dar-lhes atributos diferenciados (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

No Gráfico 10, torna-se possível ter uma noção do que é a diversidade produtiva dos agricultores feirantes, sendo que a maioria produz verduras e legumes variados para comercializar. O que predominam são produtos que exigem pouca manipulação e preparo, sendo vendidos *in natura* aos consumidores. Produtos que exigem um pouco mais de estruturas e cuidados na produção vêm sendo comercializado por um grupo menor de feirantes.

⁴ Entende-se por produção convencional aquela realizada com uso de insumos químicos, fertilizantes altamente solúveis, sementes controladas, transgênicas e com tecnologias do gênero.

⁵ A produção orgânica é entendida aqui, como aquela que não utiliza em sua base técnica, insumos químicos, fertilizantes altamente solúveis, sementes transgênicas e tecnologias do gênero, podendo ser certificada por organismos que tenham essa finalidade.

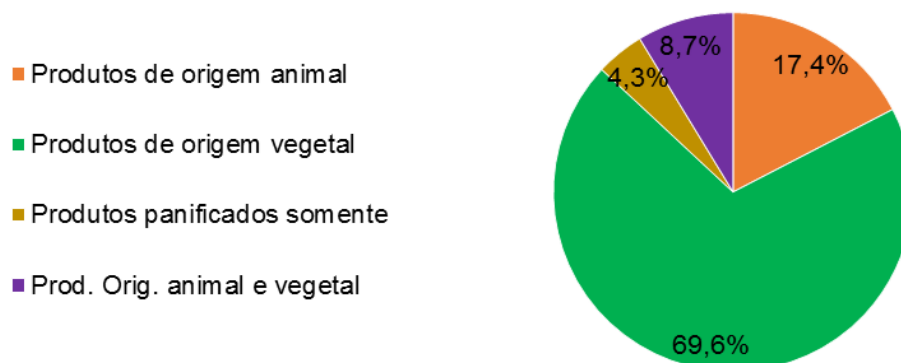
Gráfico 10 - Número de agricultores feirantes por tipo de produto comercializado na Feira do Produtor de Francisco Beltrão.



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

Torna-se evidente a escolha pela comercialização de produtos que exigem menor dispêndio com estruturas ao analisar a origem dos produtos. Os dados do Gráfico 11 demonstram que a maior parte dos agricultores feirantes, próximo de 70%, comercializam apenas produtos de origem vegetal, outros 4,3% trabalham com panificados, 17,4 % tem se desafiado a manter produtos de origem animal com constante adequação a legislação sanitária (Entrevista AF1), enquanto outros 8,7% comercializam produtos tanto de origem animal quanto vegetal.

Gráfico 11 - Quantidade de agricultores feirantes por tipo de origem dos produtos comercializados na feira



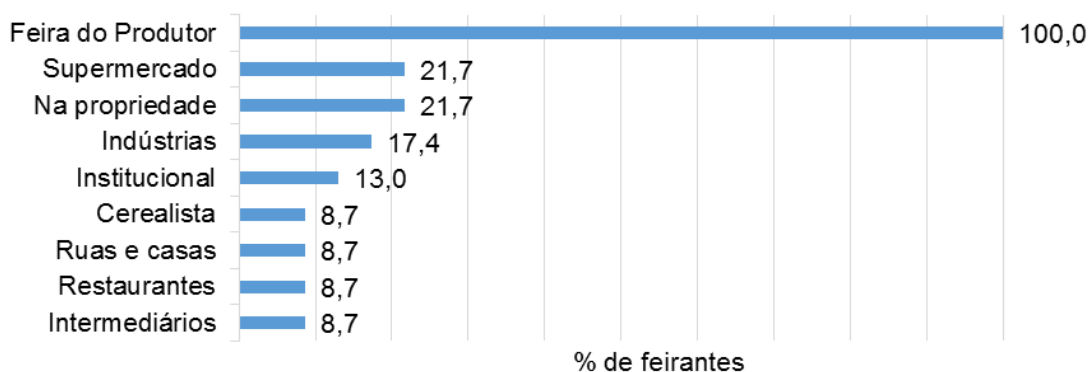
Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

Entretanto, estes são apenas os produtos comercializados na Feira do Produtor. A maioria, 69,5% dos agricultores feirantes apresenta outras rendas agrícolas, além de que 82,6% possuem alguma renda não agrícola, sendo que apenas um declarou possuir renda exclusivamente da feira (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Portanto, se a renda total destes agricultores não é gerada somente na Feira do Produtor, significa que este não é o único mercado acessado por eles para comercializar sua produção.

Conforme mencionado anteriormente, Schneider (2016) e Wilkinson (2010) classificarem diferentes mercados acessados pela agricultura familiar, estes afirmam que são espaços de comercialização complementares, sendo que os que permitem maior proximidade entre os atores representam menos riscos aos agricultores. Observando o Gráfico 12, não é difícil perceber que além da feira os agricultores vendem sua produção em outros canais que podem ser considerados como mercados de *proximidade*, mercados *territoriais*, *convencionais* ou *institucionais* conforme aponta Schneider (2016).

Desta forma, no Gráfico 12 é possível identificar todos os canais de comercialização acessados pelos agricultores feirantes. Mesmo que a realização de vendas em outros mercados, com os mesmos produtos trazidos para feira, não seja prioridade segundo os entrevistados, muitos não deixam de adentrar outros mercados. Além da Feira do Produtor, foram citados ao menos mais oito espaços de comercialização acessados pelos agricultores feirantes, os quais possuem características diversas (GRÁFICO 12).

Gráfico 12 - Mercados acessados pelos agricultores feirantes

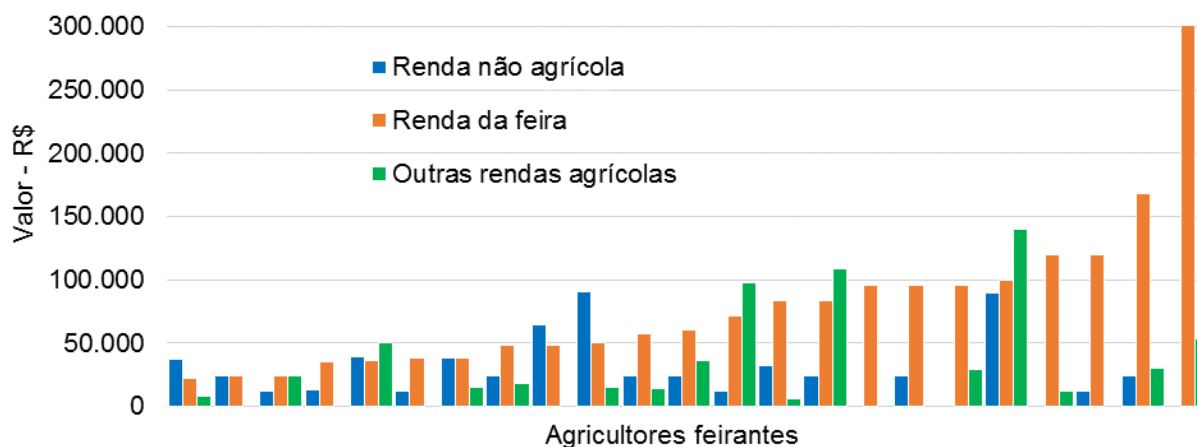


Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

Como o foco das entrevistas foram os agricultores feirantes, era de se esperar que a feira tenha maior importância como mercado acessado por estes atores, podendo ser confirmada a relevância da feira ao olharmos para a origem dos valores das rendas declaradas pelos entrevistados. Ressalta-se que estes ganhos gerados com a participação na feira são considerados renda agrícola, independente do tipo de produto comercializado. No entanto, ao separar esta das demais fontes de renda dos feirantes é que se destaca o papel da feira como mercado importante na formação de renda destes agricultores feirantes.

O Gráfico 13, permite observar que a renda gerada na feira é maior que as demais rendas agrícolas em 73,9% das famílias dos agricultores feirantes, enquanto apenas 17,3% possuem as outras rendas agrícolas superiores a renda da feira, sendo que os demais 8,6% têm o mesmo valor entre a feira e as demais atividades agropecuárias. Desta forma, a Feira do Produtor parece estar atendendo os objetivos dos agricultores quando iniciaram esta atividade, buscando manter-se na agricultura frente às transformações do campo com renda suficiente para poderem continuar se reproduzindo socialmente.

Gráfico 13 - Renda da feira, renda agrícola total e renda não agrícola (valor bruto anual declarado pelos agricultores feirantes)



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes entre fevereiro e março de 2018.

A renda não agrícola também tem participação importante na formação da renda total das famílias dos entrevistados, caracterizando o que Schneider (2009) chamou de *pluriatividade*. Apenas 17,3% dos feirantes não contam com nenhuma fonte que não seja de atividades agropecuárias, as demais 82,6% das famílias dos agricultores feirantes têm alguma fonte de renda não agrícola. Destas famílias 82,6% do total que apresentam rendas não agrícolas, 94,7% recebem recursos da previdência social (aposentadorias e auxílios), 31,5% tem algum membro da família que trabalha fora da unidade familiar (assalariados e diaristas) e ainda há 15,7% que arrenda parte da terra de sua posse para terceiros (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Portanto, consideradas as diferentes formas utilizadas pelos agricultores feirantes e suas famílias em angariar recursos para sua reprodução social, pode-se classificá-los em diferentes extratos segundo sua renda bruta total anual declarada: com renda entre 101 a 150 mil reais, está a maior parcela das famílias dos feirantes, 34,8%; seguidos de outros 30,4% com renda entre 51 a 100 mil reais; estando os demais divididos na mesma proporção de 8,7% para cada faixa, até 50 mil reais, entre 151 a 200 mil reais e acima de 250 mil reais (TABELA 6).

Tabela 6 - Número de domicílios dos agricultores feirantes por extrato de renda total anual (valor bruto anual declarado pelos entrevistados)

Faixas de Renda - R\$ (mil)	Nº Famílias	%
até 50	2	8,7
de 51 a 100	7	30,4
de 101 a 150	8	34,8
de 151 a 200	2	8,7
de 201 a 250	2	8,7
acima de 250	2	8,7
Total	23	100

Fonte. Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

Diante disso, ainda é importante destacar que para a maioria dos feirantes durante o tempo todo que estão na feira, tem corrido aumento das vendas, dado este que não foi possível estimar em que proporções como apontou uma mídia⁶ local, estimando em 40% a mais de movimento apenas devido à nova estrutura. Segundo os agricultores feirantes, 78,2% declararam que as vendas tiveram aumentos significativos desde que iniciaram sua participação, enquanto para 17,4% as vendas reduziram (Entrevistas com Agricultores Feirantes). As atribuições tanto para redução como aumento das vendas, são relacionadas a questões diversas, como qualidade e variações dos produtos inicialmente, somente em seguida aparecendo relacionadas às melhorias do ambiente estrutural da feira (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Estima-se que a partir dos valores declarados pelos entrevistados, a Feira do Produtor de Francisco Beltrão tem movimentado um valor bruto anual de R\$ 2.130.000,00 aproximadamente, ressaltando que são valores estimados a partir dos dados levantados com os agricultores feirantes e calculadas as médias, semanais, mensais e, portanto, anual. Isso significa uma movimentação de R\$ 177.500,00 mensais somente dos agricultores feirantes, lembrando que ainda existem outras cinco bancas que não são se pessoas caracterizadas como agricultores.

Enfim, os agricultores presentes na Feira do Produtor são agricultores familiares segundo suas características socioeconômicas, tanto do ponto de vista dos critérios adotados oficialmente pelo Estado brasileiro, como do ponto de vista

⁶ Jornal de Beltrão em 18 de abril de 2017, reportagem de Niomar Pereira.

teórico. São atores ativos, que foram protagonistas na construção de um mercado em busca de atender suas necessidades domésticas, mesmo com poucas estruturas disponíveis diante de uma sociedade em transformação. Entretanto, a construção desta experiência, não ocorreu de forma isolada do restante da sociedade, apresentando um conjunto de relações de sociais que sustentam a dinâmica da Feira do Produtor, conforme veremos na sequência.

4.4 RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS ATORES DA FEIRA DO PRODUTOR

Muitas pessoas acreditam que a feira é um simples local destinado a venda de produtos. No entanto, conforme tem sido possível verificar, este espaço é destinado principalmente à comercialização de alimentos, possuindo uma história que se entrelaça a história de atores sociais. Mais do que isso, existem relações presentes neste espaço, que podem ser baseadas em diferentes princípios da vida social e não apenas na satisfação econômica de feirantes ou consumidores.

No caso da Feira do Produtor em Francisco Beltrão, foi possível identificar diferentes relações sociais estabelecidas entre os atores. Conforme visto com Polanyi (2000), não são somente aspectos econômicos que determinam o comportamento da sociedade, mas também outros aspectos sociais onde a própria economia está imbricada sendo parte destas relações sociais, como complementa Granovetter (2007).

Neste sentido, procurou-se perceber as relações estabelecidas dentro do espaço da feira partindo das práticas sociais internas sem condicionar a experiência estudada a aspectos pré-determinados. Long & Ploeg (2011) chamam atenção, afirmando que muitos estudos tendem a ser “deterministas e externalistas”, pois deixam de considerar o que ocorre em meio aos atores, pressupondo condições que ignoram as diversidades.

Entretanto, neste primeiro momento é importante destacar a participação dos agricultores feirantes na organização social. Foram identificadas cerca de quinze organizações institucionais que estes atores têm participado, porém nenhum declarou participar de movimentos informais, ou seja, os poucos movimentos de que os feirantes participam tem atrelamento a alguma instituição formalizada pelo Estado (TABELA 7). Na maioria dos casos, as atuações ocorrem em cooperativas e

associações, estando às igrejas logo em seguida e o sindicato que também aparece com segundo maior número de participantes ao desconsiderar a associação da feira (TABELA 7).

Tabela 7 - Organizações institucionais que os entrevistados participam

Tipos	Nomenclatura	Nº de feirantes	%
Associações	AFEBEL	23	100,0
-	ASPAR	2	8,7
-	Comunidade	8	34,7
-	EcoVida	4	17,3
-	Assesoar	4	17,3
Cooperativas	Cresol	4	17,3
-	Sicob	2	8,7
-	Coasul	2	8,7
-	Sicredi	1	4,3
-	Coopaf	4	17,3
Sindicatos	STR/FETRAF	9	39,1
Igrejas	Católica	11	47,8
-	Quadrangular	1	4,3
-	Evangélica	1	4,3
Partidos Políticos	PT	1	4,3

Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

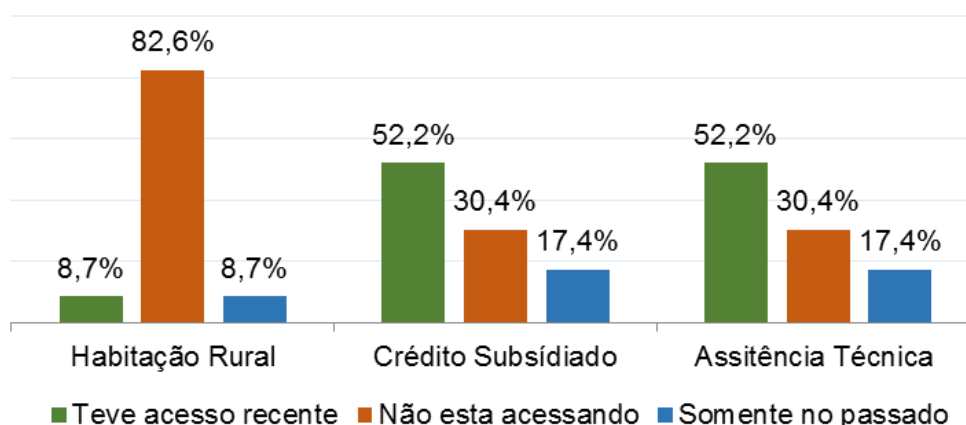
O nível de atuação das organizações em que os agricultores feirantes participam, têm caráter predominantemente local e regional, mesmo que boa parte destas também tenha ligações nacionais através de federações e outras instâncias representativas. No entanto, mesmo com essa diversidade de instituições, quando questionados os agricultores feirantes sobre atuações na Feira do Produtor, poucas organizações foram citadas, apenas pequenos empenhos de recursos financeiros em forma de “patrocínios”. Somente um pequeno grupo que têm participado também em outras feiras, declarou já ter recebido apoio de cooperativas, associações e sindicatos.

Conforme Tabela 7, existe uma baixa adesão dos feirantes a estas organizações, além da AFEBEL, nenhuma das outras organizações chega a 50% de participação do número total de feirantes agricultores. A relação com instituições governamentais aparece de forma mais intensa do que com suas organizações representativas, o que pode ser considerada uma fragilidade dos agricultores feirantes. Essa proximidade com as instituições governamentais pode ser entendida

em função da atuação de atores públicos na trajetória da Feira do Produtor e não somente pelo acesso a serviços e políticas públicas.

Conforme Gráfico 14, pouco mais da metade dos feirantes têm acesso à assistência técnica pública, sendo citada a Emater com mais frequência de atuação no passado e a prefeitura através da secretaria de agricultura que continua mantendo alguns serviços, mesmo que conforme relatam os AF6 e AF9, seja “(...) só a parte de vigilância sanitária”. Ainda há certa insatisfação quanto ao serviço de acompanhamento técnico, AF19 enfatiza: “Nós queria um técnico pra ajuda na plantação da cana, ver a terra e até indicar variedade, mas falei com eles e até agora não apareceu ninguém lá!” As razões para o atendimento não ter ocorrido são inúmeras, desde a falta de estrutura e recursos como a própria carência de profissionais preparados.

Gráfico 14 – Percentual de entrevistados e acesso a serviços e políticas públicas



Fonte. Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

Quanto ao acesso a políticas como crédito subsidiado, também são pouco mais da metade dos agricultores feirantes que continuam acessando, sendo a principal fonte o Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar – PRONAF. Já os recentes programas de habitação rural, principalmente estimulados pelo governo federal, poucos feirantes tiveram acesso, apenas 8,7% (GRÁFICO 14), os demais que declararam ter acessado no passado, relatam que se tratou de programas do governo municipal (Entrevista AF17).

O baixo acesso a recursos públicos tem diferentes justificativas segundo os entrevistados, seja pela dificuldade de enquadramento no caso da habitação, por exemplo, como por medo de endividamento no caso do crédito, além dos programas serem considerados pouco atraentes e inviáveis pelos entrevistados (Entrevistas com Agricultores Feirantes). No entanto, isso não isentando o Estado de seu papel em garantir investimentos mediante respostas desta categoria conforme aponta Abramovay (1992), isso chama a atenção principalmente pelas características dos feirantes, os quais teriam as condições formais de enquadramentos nestas políticas.

Logo, torna-se possível pensar que há falta de acesso a informação para estes agricultores, no entanto não estão desprovidos de acesso aos meios de comunicação tidos como modernos. Foi possível constatar que todos possuem entre dois ou mais aparelhos de comunicação, destacando-se o uso de aparelhos do tipo *smartphone*, telefones móveis que permitem acesso a internet. Mais de 65% dos entrevistados declarou ser este o aparelho mais utilizado para comunicação, seguido do rádio em segundo lugar com 52% e a televisão em terceiro lugar de uso por 34% dos entrevistados (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Partindo destas primeiras constatações, pode-se observar que os agricultores feirantes também não estão distantes do que têm ocorrido fora do âmbito da feira, as transformações sociais continuam em curso na vida destes atores, que são capazes de absorver essas mudanças (ABRAMOVAY, 1992). No entanto, muitas vezes a preservação de princípios e relações tidas como tradicionais é um fator que garante a própria manutenção da Feira do Produtor, ou seja, considerando suas especificidades internas, asseguraram ao longo do tempo a manutenção de princípios que se apresentam em dadas situações superiores as próprias condições econômicas, indo de encontro ao que Polanyi (2000) identificou mesmo com a ascensão das sociedades mercantis.

Quando questionados na entrevista sobre as principais dificuldades enfrentadas ao ingressar na feira, 34,7% dos agricultores disseram que conquistar o público urbano não foi tarefa simples (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Para ambos os atores, isso demandou a construção de princípios baseados na *confiança*, como relata o AF17 dizendo que: "(...) era difícil cativar os fregueses no começo". Mesmo com a feira já organizada, nos casos que ocorrem sucessão isso também pode ser sentido pelos novos feirantes, como falou o AF19: "(...) os clientes estavam

acostumados com o pai, não me conheciam, vinham aí e voltavam quando viam que mudou de pessoa na banca”.

Portanto, os feirantes perceberam que a manutenção de relações que permitem se aproximar dos consumidores é importante para sua manutenção, passando assim a cultivar princípios que tendem a elevar a *confiança* entre os atores. Estabelecendo níveis de *reciprocidade* que não dependem de outros mecanismos para que a feira seja realizada atendendo as necessidades de ambos os atores, sem qualquer tipo de contrato oficial como demonstra Polanyi (2001).

Cerca de 73,9% dos agricultores feirantes declararam que utilizaram de alguma estratégia para conquistar a confiança dos consumidores (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Exemplos que podem ser vistos nas práticas de feirantes como AF7, o qual relatou que “(...) fazia aperitivos, daí puxava conversa e daí aproveitava e falava de como é feita a produção (...)”, ou ainda como o AF15 que “Busca conversar, dar atenção e cumprimentar mesmo que não venda, (...) hoje ele não compra, mas cumprimento igual, não custa nada e quem sabe amanhã depois vem de novo e compra de mim”.

O fortalecimento destas relações de *confiança* resulta no que AF2 chama de “clientes de carteirinha”, consumidores que frequentam sempre as mesmas bancas todas as vezes que passam pela feira, em alguns casos chegam a representar 90% das pessoas que adquirem os produtos de alguns feirantes (Entrevistas com Agricultores Feirantes). “Eles estão acostumados, gostam dos produtos, por isso vem aqui!” (Entrevista AF12) afirma AF12 ao ser questionado sobre a razão para serem na maioria sempre os mesmos consumidores que adquirem seus produtos, assim como explica AF9 dizendo: “(...) estão acostumados com produtos e com o feirante!” (Entrevista AF9).

Entre os próprios feirantes não é diferente, quando alguém se ausenta de sua banca, outros feirantes assumem o posto e garante o atendimento dos clientes para os vizinhos de banca. Até mesmo o empréstimo de valores monetários é constante principalmente quando falta “troco”, sendo comum ouvir as falas: “Tem xx reais aí? (...) depois eu te devolvo!” (Feirante de banca de lanches), e o AF22 responde: “Não tem problema!”. Ou ainda envolvendo produtos, AF2 fala: “Vou pegar essa alface, depois te pago”. Quando AF2 já vai saindo o AF10 fala: “Leva, pode leva!”.

Os feirantes apresentam níveis de *confiança*, que acabam chegando ao ponto de se tornarem familiarizados entre si e também com os frequentadores da Feira do Produtor. Acabam estendendo os princípios de *domesticidade* para o espaço da feira, também como garantia de continuidade da prática da feira, ou seja, além dos vizinhos entre bancas assumirem os afazeres uns dos outros na necessidade da ausência, também servem de suporte para a garantia da satisfação das necessidades individuais, o que não quer dizer que estejam tirando vantagens como demonstra Polanyi (2000).

Desta forma, ações de *reciprocidade* fazem parte do ambiente da Feira do Produtor. Há pessoas que passam pelo espaço da feira e realizam cumprimentos aos feirantes, mesmo que não adquiram produto algum, apresentando afetividade com os feirantes. As muitas interrupções durante as entrevistas, que em alguns casos passou de duas horas, não foram somente para os consumidores adquirirem produtos e ir embora, mas estes simplesmente param para conversar com os feirantes sobre os mais diversos assuntos, demonstrando intensa troca informações e laços de amizade.

Estas trocas de informações e de produtos com envolvimento de motivações não econômicas, entre os próprios agricultores feirantes apresentam-se de forma mais intensa ainda, deixando inclusive de envolver valores monetários ou a barganha, mas estes simplesmente trocam diferentes sem detalhar valores. Questionado o AF1 sobre onde havia conseguido certo volume de alho que se encontrava em baixo de sua banca, o mesmo respondeu: “Foi o AF21 que trouxe pra mim, mas não é pra vender (...) uso bastante e o do mercado não é como esse”. Ocorre que, este feirante ao mesmo tempo em que adquiriu um produto para suprir sua necessidade, preferiu o do vizinho de banca atribuindo outros valores e sabendo que poderia dar em troca também o seu produto.

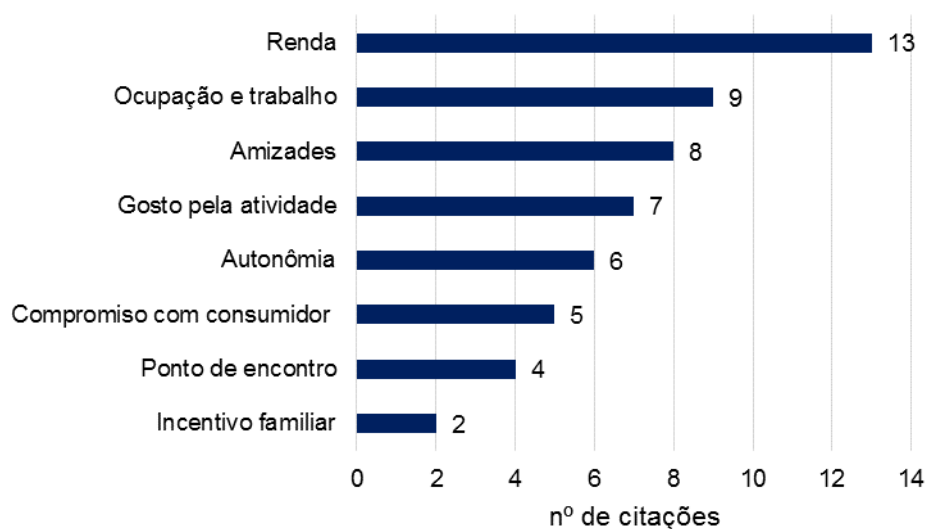
Isso se tornou uma prática tão comum, a ponto de alguns agricultores deixarem de produzir certos alimentos destinados ao consumo doméstico simplesmente porque têm a opção de trocar na feira. Principalmente hortaliças, alguns agricultores afirmaram não ter mais horta em suas unidades de produção, o que seria espantoso por serem agricultores, mas neste caso acaba confirmando a proximidade das relações entre os agricultores feirantes.

Essa proximidade também é válida para com os consumidores. Quando questionados se receberam algum consumidor em suas casas, alguns não pensam duas vezes e dizem: “Vichi, dez, doze direto, toda semana, já virarão nossos amigos!” (Entrevista AF7) afirma o AF7. Da mesma forma o AF12 também relata que: “(...) eles foram pra passear, pescar, bem no fim viramos amigos” (Entrevista AF12). 90% dos entrevistados disseram que recebem ou receberam visitas de consumidores que frequentam a Feira do Produtor, além de alguns feirantes também terem declarado que já frequentaram as residências dos consumidores não apenas para realizar entrega de produtos (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

Isso demonstra que nível de proximidade entre os atores da feira chega ao ponto de se transformar em *amizades*, abrindo caminho para que o princípio da *domesticidade* se faça presente inclusive nas trocas comerciais da feira. Exemplo disso é apresentado pelos agricultores feirantes quando questionadas se praticam vendas a prazo, inicialmente 73,9% dos entrevistados disseram que não, mas retomando a questão se isso não ocorre em hipótese alguma, logo 52,1% disseram que vendem a prazo sim (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Porém, ocorrem sobre argumentos como do AF8 que diz: “somente para bem conhecidos”, ou como o AF7 dizendo que apenas para os “que sabe onde morra”, e ainda destacando o tipo de relação, o AF6 confirma que “somente para amigos”.

É possível perceber, que mesmo atuando em bancas individualizadas, os feirantes seguem certo padrão, forma autárquica como diz Polanyi (2000), estabelecido no espaço da feira, onde buscam seguir uma condição padronizada de ação no grupo de feirantes e para com os consumidores. Porém são condições que só se tornam possíveis devido à confiança entre os atores, construída ao longo do tempo e do espaço. Portanto são princípios que estão enraizados na Feira do Produtor como diria Granovetter (2007), ganhando relevância ao lado das motivações econômicas que sustentam a prática da feira, conforme podemos observar no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Principais motivações dos agricultores para continuar na Feira



Fonte: Entrevistas realizadas com os agricultores feirantes em fevereiro e março de 2018.

No Gráfico 15 a renda continua aparecendo como uma das principais motivações dos agricultores para continuar participando da feira, mas também surgem novas motivações não observadas quando os agricultores iniciam a feira. A amizade, o compromisso com o consumidor e a possibilidade da feira como um ponto de encontro (sociabilidade) (GRÁFICO 15), são motivações citadas pelos entrevistados que por vezes estão acima da simples realização econômica. 34,7% citaram que se mantém na feira porque tem amigos neste espaço, bem como 21,7% sentem ter compromisso com os consumidores e 17,3% continuam na feira também por ver neste espaço um ponto de exercício da sociabilidade (GRÁFICO 15).

Ou seja, para estes feirantes não importa somente quanto vão conseguir vender na feira, mas também procuram manter o espaço como local de se relacionar socialmente. Vasques (2016) também constatou em feiras do município de Chapecó-SC, que a motivação inicial dos feirantes tem caráter econômico, mas com o passar do tempo, a manutenção dos agricultores na feira também se faz por outros motivos, da mesma forma que a possibilidade de maior autonomia, passa a ser vista como motivo de permanência na feira (Comparação dos Gráficos 3 & 15).

Essa percepção da autonomia ganhando maior importância para os feirantes ao passar do tempo, pode ser resumida na fala do AF20 afirmando que: “Antes eu produzia verduras e vendia no mercado, só que eles exploravam muito

nós pequenos, aí procurei a prefeitura pra entra aqui” (Entrevista AF20). Da mesma forma que o AF16 quando relata as razões de estar na feira: “Antes o pai trabalhava fora, de assalariado e viu que plantar salada dava bem mais, por isso viemos pra feira” (Entrevista AF16).

Entretanto, a preservação de relações recíprocas baseadas em princípios que requerem confiança, solidariedade e amizade, não quer dizer que a feira esteja isenta das tentativas de *barganha*, das *trocas* econômicas ou da *permuta* baseadas nas motivações para ganhos individuais. Principalmente, tendo vista que a questão dos preços e a concorrência, ainda são alguns dos principais motivos de conflito no espaço da feira segundo dados levantados (Entrevistas com Agricultores Feirantes).

“Não pode vender mais barato, mas tem gente aí que não quer nem saber (...)” (Entrevista AF14), afirma o AF14 demonstrando que formas de concorrência estão muito presentes na feira até mesmo através dos preços dos produtos. Da mesma forma que o AF15 fala: “Você veja, tem aqueles ali (...) que vendem a bata doce com o dobro do preço que a minha, e ainda a qualidade é pior” (Entrevista AF15). As duas falas envolvem aspectos diferentes, mas o que chama a atenção é que o mecanismo que gera a concorrência é o mesmo, aparecendo em destaque.

O relato de que a entrada de novos feirantes, muitas vezes não ocorre de forma pacífica, necessitando a atuação dos atores públicos presentes no comitê gestor da Feira do Produtor, também é comum (Entrevistas com Agricultores Feirantes). Isto pode ser caracterizado como uma espécie de *corporativismo*, para não falar em tentativa de *monopólio*. Ou seja, os feirantes que realizam a comercialização de determinados produtos, tentam evitar a entrada de outros feirantes que apresentam produtos semelhantes, temendo a redução de suas vendas.

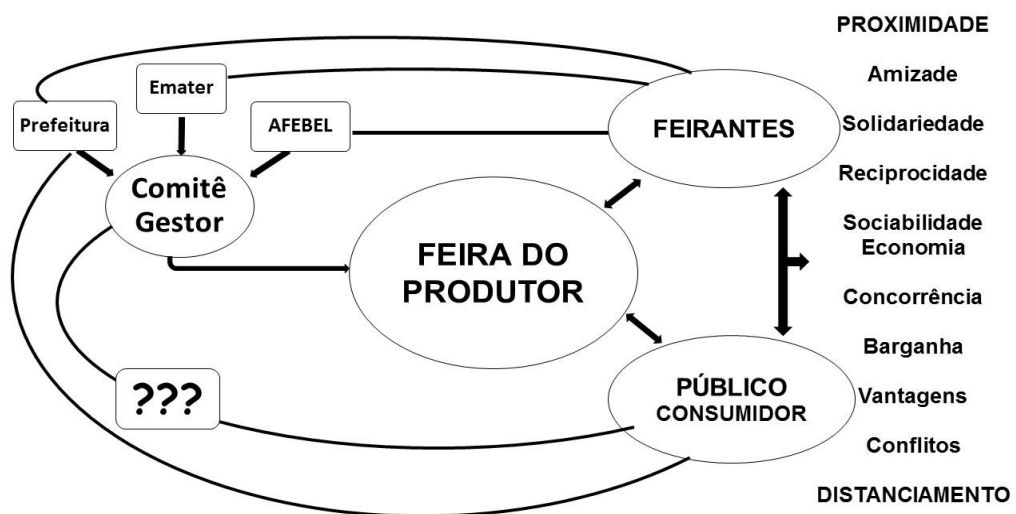
Da mesma, as tentativas de *barganha* também partem dos consumidores, segundo o AF2, “(...) no início tinha que ter um saco de paciência, era muita pechincha (...)” (Entrevista AF2). A reclamação dos preços é constante, porém se trata de uma avaliação limitada para julgar quais atores realmente buscam tirar vantagens neste caso. No entanto, uma reclamação que chamou a atenção, remetida com excitação, foi quando a consumidora ao se aproximar da banca pergunta o preço e em imediatamente após a resposta diz: “Quando foi criada a

feira era para ser mais barato que no mercado, (...) não está certo isso ai, não está certo!” (Fala de consumidora não identificada).

Portanto, a Feira do Produtor apresenta relações entre os diferentes atores sobre princípios diversos. Sendo este um espaço de sociabilidade, que preserva relações de proximidade, baseadas em princípios como a reciprocidade e a solidariedade, mas que ao mesmo tempo também está sujeita a distanciamentos dos atores quando as motivações para ganhos individuais se fortalecem (FIGURA 5). Ao mesmo tempo em que o objetivo pode ser somente a realização da venda de produtos (satisfação econômica individual), com o passar do tempo os atores da Feira do Produtor perceberam que esta experiência também está assentada em outros princípios para continuar a existir.

Na Figura 5 torna-se possível identificar como a Feira do Produtor mobiliza seus atores sociais e os atores públicos institucionais, sendo fácil notar que os contatos estabelecidos entre os atores agricultores tomados como protagonistas têm maior número de elos com outros atores. Cabe destacar, que os consumidores apresentam apenas uma ligação distante com um ator público, ocorrendo à maioria dos contatos de forma direta com os feirantes (FIGURA 5), evidente que isso poderia ser identificado em função da história da feira, mas talvez possa ser um desafio para a pesquisa e para o fortalecimento da Feira do Produtor.

Figura 5 – Atores, organizações e relações observadas na Feira do Produtor



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outro aspecto importante da Figura 5, é que demonstra que quando as relações entre os atores da feira seguem princípios voltados a tirar vantagens individuais, como a barganha e o acirramento da concorrência, gerando até mesmo conflitos, os principais atores da feira tendem a se distanciar. Por outro lado, quando relações de reciprocidade e confiança estão presentes, os atores tendem a se aproximar, sendo até mesmo uma garantia de que a comercialização dos produtos ocorra (FIGURA 5).

Entretanto, a Feira do Produtor constitui uma verdadeira arena de atores que agem a partir de relações de sociabilidade que permitem maior ou menor proximidade entre estes. Portanto, são relações baseadas em princípios que podem ser vistos de forma paralela, podendo predominar tanto um quanto outro em detrimento das circunstâncias que em os atores se relacionam e com que objetivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu traçar algumas compreensões em torno da Feira do Produtor e dos atores protagonistas desta experiência com mais de quarenta anos de existência. Partimos de abordagens teóricas, que não estão isentas do debate clássico do desenvolvimento rural, mas que tomam a economia como estando imersa no conjunto de relações socialmente estabelecidas. Certamente, existem muitas questões que podem ser aprofundadas, entretanto, espera-se que este estudo tenha trazido contribuições para o debate da construção social dos mercados da agricultura familiar.

A centralidade da pesquisa, apenas nos agricultores feirantes como atores centrais na trajetória da Feira do Produtor, pode ser considerada como um fator limitante para a análise de alguns aspectos levantados. No entanto, a partir das narrativas, tornou-se possível compreender em que contexto esta experiência de feira foi construída e organizada pelos atores locais, por vezes, tomados como suscetíveis às transformações sociais, mas que souberam conciliar diferentes relações sociais, incorporando possíveis limites colocados entre tradição e modernidade.

O município e a região onde a Feira do Produtor está localizada apresentam histórias entrelaçadas na configuração da estrutura da sociedade local, marcada pela presença de uma agricultura de base familiar que relutou enfrentando a modernização do espaço agrário. Trata-se de um *campo social* aberto ao processo de modernização, o qual gerou conflitos e ativou a capacidade de *agência* de atores presentes neste território. Resultando, na configuração de uma região onde predomina a presença de agricultores familiares, que possuem representatividade tanto do ponto de vista social como econômico.

Diante deste cenário, a Feira do Produtor pode ser considerada uma experiência de mercado socialmente construído, pois diante dos impactos da modernização, os agricultores perceberam nesta uma possibilidade de continuidade no espaço agrário com alternativa de acesso a um mercado que valorizasse sua produção. Portanto, as transformações que ocorreram na agricultura, não foram aceitas de forma pacífica pelos agricultores, os quais agiram e se aproximaram de outros atores construindo condições para sua reprodução social.

Portanto a Feira do Produtor nasce da ação dos agricultores, mas se fortalece e se consolida na sociedade local com a ativação de outros atores. Essa institucionalização da feira possibilita dividir sua trajetória em dois momentos, um primeiro com a reação dos agricultores inseridos em um quadro de mudanças e um segundo, marcado pela regulamentação da feira, mas principalmente pelos avanços estruturais e organizativos que os diferentes atores tiveram conjuntamente.

Isso tudo não quer dizer que todos os problemas destes agricultores foram superados, pelo contrário, novos desafios surgem constantemente, representando à feira uma alternativa apenas para uma pequena parcela dos agricultores familiares do município de Francisco Beltrão. Os feirantes tomados como protagonistas apresentam características socioeconômicas que os identificam como sendo agricultores familiares, seja do ponto de vista da política oficial adota pelo Estado, ou mesmo por sua capacidade em responder as transformações da sociedade.

Estes agricultores familiares que atuam na Feira do Produtor superaram problemas estruturais e se consolidaram junto com a feira, no entanto prospectar o futuro destes atores seria um risco muito grande. O fato é que ao mesmo tempo em que estes agricultores buscaram na feira uma forma de garantir sua renda, dera-se conta de que às necessidades econômicas, também se satisfazem a partir da preservação e sustentação de relações baseadas em princípios como a reciprocidade e a solidariedade.

Isso não significa que a Feira do Produtor e seus atores, não apresentam relações de individualidade, como concorrência e tentativas de barganha. Pelo contrário, existem relações que tanto aproximam como distanciam os atores da feira, tornando-os vulneráveis a fatores externos quando a distância aumenta e dando mais autonomia quando se aproximam.

Entretanto, este estudo deu conta de atender os objetivos propostos inicialmente, permitindo identificar o contexto de origem da Feira do Produtor, levantando aspectos históricos e organizativos desta experiência de mercado socialmente construído por atores como os agricultores familiares. Possibilitou ainda, caracterizar os agricultores feirantes e identificar as relações estabelecidas entre os atores.

Em fim, cabem ainda passos importantes a serem dados pela pesquisa, que busquem compreender os demais atores presentes em experiências como a feira, bem como possibilitem estudar outros mercados da agricultura familiar e que estratégias podem ser adotadas para fortalecer estas experiências. Partindo, portanto do pressuposto de que o conhecimento também é uma construção social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo, mercados e interação humana nas ciências sociais**. Tempo Social - revista de sociologia da USP, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Uma nova extensão para a agricultura familiar**. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997, p. 29 (Texto para discussão).
- ANDRADE, Sheyla Silveira. **As feiras livres sob a lógica do capital: da produção camponesa à subsunção do trabalho na circulação**. 2011. 193f. Dissertação de Mestrado. Núcleo de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE, 2011.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda. **As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.
- ARAÚJO, Tarcisio Patricio; LIMA, Roberto Alves; MACAMBIRA, Júnior. **Feiras agroecológicas: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar**. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, Fortaleza, 2015.
- ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DE FRANCISCO BELTRÃO. **Estatuto da Associação dos Feirantes de Francisco Beltrão**. 1990. 7f. Francisco Beltrão, 1990.
- BONETI, Lindomar Wesller. **Formação e apropriação do espaço territorial do Sudoeste do Paraná**. In: ALVES, Adilson Alves; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 10 de maio de 2018.

CALLON, Michael. **Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sócio técnicas.** In: PARENTE, A. (Org.) A trama da rede. Porto Alegre: Sulina, 2004.

CHAYANOV, Alexander Vasilievich. **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Alexander. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, Jose Graziano & STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, Lobato Roberto. **O Sudoeste paranaense antes da colonização.** Revista Brasileira de Geografia, ano 32, n.01, jan-mar, 1970.

DAROLT, Moacir Roberto. **Circuitos Curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores.** In: Niederle, Paulo André; Almeida, Luciano; Vezzani, Fabiane Machado. (Orgs). Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

DELGADO, Felipe & OLIVEIRA Júlio César de. **Análise da evolução da concentração industrial no varejo supermercadista brasileiro entre 1998 e 2013.** Revista do CEPE. Santa Cruz do Sul, n. 42, p. 43-62, jun./dez. 2015.

ENGELS, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha.** In: SILVA, Jose Graziano & STOLCKE, Verena (Orgs). A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FEIRA DO PRODUTOR. **Regimento Interno de Funcionamento.** 2009. 7f. Francisco Beltrão, 22 de setembro de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, A. M. (org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

FLEXOR, Georges. **A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus Desafios para o Brasil.** Economia-Ensaio, Uberlândia, p. 63-95, jul./dez. 2006.

FRANCISCO BELTRÃO. **Lei nº 1586 de 3 de novembro de 1989. Cria a Feira do Produtor do município de Francisco Beltrão.** Acesso à cópia cedida pela Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. Legislação municipal.

GAZOLLA Marcio; GELSON Pelegrini. **A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares.** 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Campo Grande – MS, 2010.

GERMER, Claus Magno. **A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola.** p. 47 -62. In: Revista da Associação Brasileira de reforma agrária – ABRA. VI.31 – nº 1 – Jan/Abr-2002.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008. 347f. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente - SP, 2008.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros.** Curitiba: Criar Edições, 2005.

GONZÁLEZ, Shirley Rodríguez; PEREIRA, Viviane Camejo; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. **A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre Desenvolvimento Rural.** Perspectivas Rurales. Nueva época, Año 13, N° 25, ISSN: 1409-3251, 2014, pp.101-121.

GRANOVETTER, Mark. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão.** Fórum - Sociologia Econômica. Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo *RAE-eletrônica*, v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Livre acesso.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/>. Livre acesso.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. **O lugar da feira livre na grande cidade capitalista: Rio de Janeiro, 1964-1989.** Revista brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 95 - 120, jan./mar. 1992.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1968.

KISCHENER, Manoel Adir. **A sucessão geracional na agricultura familiar num contexto de mercantilização e modernização: um estudo em duas comunidades do Sudoeste do Paraná.** 2015. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco/PR, 2015.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense**. 3ª. Ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Neto; Revisão Paulo Bezerra; introdução José Paulo Neto. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1982.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital: crítica da economia política / Karl Marx**. Volume III, tomo 2. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar & DOLZANI, Miriam Cristina da Silva. **Feira Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea**. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO v.2, n. 2, Universidade Federal de Goiás – UFG, Instituto de Estudos Socioambientais – IESA, 2008, p.72-87.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza & SANCHES, Odécio. **Quantitativo e qualitativo: Oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NABARRO, Sérgio Aparecido & SUZUKI, Júlio César. **A renda da terra nos autores clássicos**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre/RS, 2010.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NIEDERLE, Paulo Andre. **Os agricultores ecologistas nos mercados para alimentos orgânicos: contramovimentos e novos circuitos de comércio**. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 5, n. 3, p. 79-97, set/dez 2014.

NIEDERLE, Paulo Andre. **Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares**. In: NIEDERLE, P. A. Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREZ-CASSARINO, Julian. **A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2012. 450 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 237f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RECH, Rogério. **Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados as feiras-livres do Sudoeste do Paraná**. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco/PR, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Colaboradores José Augusto de Souza Peres, Lindoya Martins Correia, Maria de Holanda de Melo Peres. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. 2008. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

SATO, Leny. **Feira Livre: Organização, Trabalho e Sociabilidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. **Mercados e Agricultura familiar**. In: MARQUES, Flávia Charão (Org); CONTERATO, Marcelo Antônio (Org); SCHNEIDER, Sergio (Org). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago, p. 180-219, 2011.

SILVA, Roselaine Navarro Barrinha da. **Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no Sudoeste do Paraná**. 2011. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928. **Introdução à Pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Ed. Atlas, 1987.

VASQUES, Samuel Tafernaberri. **Dinâmicas socioeconômicas na prática dos feirantes agricultores familiares de Chapecó – SC**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco/PR, 2016.

VERONESE, Claudino Domingos. **O papel pedagógico da Assesoar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná**. 1998. Dissertação (Mestrado). Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander Chayanov**. In: Para Pensar outra agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina & SANTOS, Miriam de Oliveira (Orgs.). **Feiras, feirinhas e feirões: a “economia dos centavos” em foco**. São Leopoldo: Oikos, 2017.

ZATTA, Ronaldo. **A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”**. In: XV Encontro regional de história. 100 anos de guerra do contestado: historiografia, acervos e fontes. Curitiba/PR, UFPR, 26 a 29 de junho de 2016. ISSN 1808-9690.

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional – Pato Branco/PR



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: “A trajetória dos atores e agentes na história das feiras da agricultura familiar no município de Francisco Beltrão-PR”

Pesquisador Responsável: André Duarte

Orientador da Pesquisa: Miguel Angelo Perondi

Este projeto tem como objetivo analisar a trajetória de vida dos feirantes e das Feiras Livres, frente as transformações da sociedade, buscando identificar as relações socialmente construídas no contexto do município de Francisco Beltrão – PR, partindo dos atores envolvidos, suas trajetórias, relações construídas e características socioeconômicas.

Para tanto será necessário realizar entrevistas, gravações, registro de imagens e consulta a documentos para coleta e levantamento de dados, buscando atingir os objetivos da pesquisa sem qualquer risco a integridade física dos participantes, tomando ainda os devidos cuidados quanto a exposição ou identificação dos mesmos em materiais a serem publicados.

Ressaltamos ainda que os participantes têm todo direito de receber esclarecimento e deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, podendo entrar em contato com o pesquisador pelo email: andrecoronelvivida@hotmail.com, telefone (46) 99137-0563 ou diretamente com o programa de pós-graduação ou instituição responsável.

Ciente do exposto e desejando participar de forma livre e espontânea do projeto eu,, RG ou CPF, autorizo o uso de meu nome, voz, imagem e depoimento para os fins desta pesquisa, sem qualquer custo ao pesquisador.

Assinatura do entrevistado

Francisco Beltrão, _____ de _____ de 2018.

Apêndice B - Roteiro de entrevista semiestruturado



Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional – Pato Branco/PR



Mestrando: André Duarte
Orientador: Miguel Angelo Perondi

Entrevistador: _____ Data: ___/___/___ Local _____ Nº Questionário _____

Feirante (nome completo): _____ Localidade: _____

1. Composição familiar e trabalho disponível na unidade do feirante:

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Etnia	Ocupação ¹	Tempo ²
entrevistado							
Contrata trabalho externo? () Não () Sim, quantos (), que tipo de relação?							

1- Agricultor, assalariado, aposentado, estudante, etc; 2- Média de horas diárias dedicadas a atividades agrícolas.

2. Trajetória do feirante:

Há quantos anos reside no município?	
Sempre foi agricultor? () Sim () Não, o que fazia antes?	
Há quantos anos reside na comunidade/localidade atual?	
Há quanto tempo participa da Feira? Que ano iniciou?	
O que lhe motivou a iniciar a participação na feira?	

3. Caracterização da Unidade de Produção:

Condição: proprietário, arrendatário, assentado, outros...	
Origem: herança, compra, reforma agrária, financiamento, outros...	
Qual o tamanho total da área que possui? () hectares () alqueires?	
Percentual mecanizado?	
Distância do principal ponto de realização da feira?	

4. Infraestrutura e equipamentos disponíveis na Unidade de Produção:

Imóveis/construções		Equipamentos/máquinas	
Item	Características (material, ano, m ²)	Item	Características (modelo, ano, cv)
casa			

5. Atividades desenvolvidas atualmente na unidade de produção:

Atividade	Tipo ¹	Área utilizada	Produção Total ²	Destino ³
horticultura				

1- Convencional, transgênico, orgânico, agroecológico, outro; 2- Em unidades do produto; 3- Feira, Autoconsumo, Cerealista, Lojas, Supermercado, Atravessadores, Revendedores, Cooperativa, Mercado institucional, outros.

6. Estimativa de renda da unidade de produção:

Fonte	Valor bruto anual	%
Comercialização de produtos agrícolas somente na feira		
Comercialização de produtos agrícolas em mercados institucionais		
Comercialização de produtos agrícolas via ...		
() Aposentadoria, () auxílio, () pensão, () salário, () serviço		
Arrendamento de terras		

7. Aspectos ambientais da unidade de produção:

Possui CAR? Área nativa?	
Recursos hídricos?	
Destino do lixo?	
Destino resíduos Humanos?	
Conservação do solo?	

8. Mecanismos de comunicação e transporte utilizados (em ordem de importância):

Comunicação		Transporte	
Ordem	Tipo	Ordem	Tipo
1		1	
2		2	
3		3	
4		4	
5		5	
6		6	

9. Acesso a políticas públicas e programas de governo em diferentes esferas:

Área	Sim/não	Descrição do programa ou política
Habitação		
Saúde		
Assistência Técnica		
Crédito Subsidiado		
Bolsa		

10. Participação na organização social:

Nomenclatura	Tipo ¹	Abrangência ²	Função ³	Tempo

1- Movimento, cooperativa, associação, sindicato, órgão público, igreja, partido, ong, clube, outros; 2- Comunitária, municipal, regional, estadual, federal, outras; 3- Dirigente, associado, simpatizante, filiado, participante, outras.

11. Quanto ao início da feira ou de sua participação na feira:

11.1. Qual foi a principal motivação para entrar na Feira? Foi incentivado por alguém?

.....

11.2. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas?

.....

11.3. Receberam algum tipo de ajuda? Descreva:

.....

11.4. Como o grupo se organizava? Realizavam reuniões com que frequência?

.....

11.5. A feira sempre foi realizada no mesmo local? Onde mais e como eram as estruturas?

.....

11.6. Como foi no início a relação com o público urbano (consumidores)?

.....

11.7. Que estratégias eram usadas para conquistar o público a frequentar a feira?

.....

11.8. Quantas pessoas atendia em média por dia de feira e com que perfil?

.....

11.9. Liste os produtos e quantidades trazidas no início de sua participação na feira:

.....

.....

11.10. Quantos feirantes participavam no início da feira? Por que motivos atribui a entrada e saída de participantes?

.....

12. Mudanças presenciadas no tempo que participa da Feira:

12.1. Quais as principais mudanças que observou na feira ao longo do tempo?

.....

12.2. Quais as principais mudanças que observou em sua unidade de produção?

.....

12.3. Por ordem de importância, cite ao menos três dos principais ganhos ou conquistas que obteve após a participação na feira?

.....

12.4. Quais foram os principais conflitos enfrentados e por quais motivos?

.....

12.5. Em algum momento pensou em deixar de participar da feira? Se sim, por quê?

.....

12.6. Algum consumidor, visitou sua unidade de produção? Se sim, por quê?

.....

13. Atualidades da feira:

13.1. Quantas vezes por mês você participa da feira? Quem determina o dia de realização?

.....

13.2. Você ou alguém de sua família participa de outras feiras? Se sim, qual é a principal?

.....

13.3. Liste quais os produtos e quantidades que são trazidas atualmente na feira?

.....

.....

13.4. Quantas pessoas em média adquirem seus produtos por dia e por que motivo?

.....

13.5. São sempre as mesmas pessoas que adquirem seus produtos? Se sim, porque motivo?

.....

13.6. Quantos consumidores já foram na sua unidade de produção e porque motivo?

.....

13.7. Que outras trocas você realiza com os frequentadores da feira (produtos, informações)?

.....

13.8. Quais as principais motivações para você continuar participando da feira?

.....

13.9. Como são definidos os preços dos produtos? Sempre foi da mesma forma?

.....

13.10. Como você realiza o controle de pagamentos?

.....

13.11. Quais os principais desafios a serem superados no desenvolvimento da feira?

.....

14. Críticas ou sugestões: